

UNIVERSIDADE DE SANTO AMARO
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

Adriana Ignacio de Souza
Roberta Alves da Silva

**“As condições de vida das pessoas em situação de rua,
usuárias da Associação Rede Rua”**

São Paulo
2007

**Adriana Ignacio de Souza
Roberta Alves da Silva**

**“As condições de vida das pessoas em situação de rua,
usuárias da Associação Rede Rua”**

Monografia apresentada para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social da Universidade de Santo Amaro sob a orientação da Professora Maria Lucia Garcia Mira.

**São Paulo
2007**

**Adriana Ignacio de Souza
Roberta Alves da Silva**

**“As condições de vida das pessoas em situação de rua,
usuárias da Associação Rede Rua”**

Trabalho apresentado para conclusão do curso de Serviço Social da Universidade de Santo Amaro, com requisição parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Aprovado em _____ de _____ de 2007.

COMISSÃO EXAMINADORA

**Profª Maria Lúcia Garcia Mira
Universidade de Santo Amaro
Orientadora**

Universidade de Santo Amaro

Universidade de Santo Amaro

Conceito Final: _____

Dedicatória

Dedicamos este trabalho aos usuários da Associação Rede Rua, os quais são os principais colaboradores por terem concedido suas trajetórias de vida para que esta pesquisa pudesse ser realizada com tanta riqueza.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos familiares e as pessoas próximas pelo companheirismo em todos os momentos difíceis, pelo incentivo e paciência, contribuindo de forma significativa para a realização do curso e para que este trabalho pudesse ser concretizado.

A professora Maria Lúcia Garcia Mira, que nos orientou com grande dedicação e por ter se doado, em prol deste trabalho, contribuindo de forma preciosa para nossas reflexões, com suas considerações e críticas generosas.

Aos funcionários da Associação Rede Rua que possibilitaram a realização desta pesquisa nos recebendo com carinho e atenção.

A todos que de alguma maneira colaboraram para que este trabalho pudesse ser finalizado.

Em especial, eu Adriana, agradeço à minha colega Roberta por ter permitido que eu realizasse a pesquisa com ela.

Resumo

Este trabalho preocupou-se em entender o processo desde a chegada à saída das ruas, através da Associação Rede Rua. As questões pertinentes levantadas nesta pesquisa têm o intuito de compreender quem são as pessoas em situação de rua, porque chegam a morar na rua, como são considerados, nas relações que mantêm em busca da inserção no trabalho, para construir novas relações, para a própria sobrevivência e como ocorre o processo de saída das ruas.

A pesquisa recorreu à entrevista em profundidade, sendo a análise dos dados relacionados com o referencial teórico, com os dados obtidos, através da Associação Rede Rua, adquiridos por meio do SISRUA e a pesquisa realizada em dezembro de 2000 e agosto/setembro de 2003 pela FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) e a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) na cidade de São Paulo. Neste estudo pudemos observar que o processo de saída das ruas está intrinsecamente ligado com a estabilidade financeira, adquirida através do trabalho, mesmo sendo majoritariamente no mercado informal.

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 01** - Distribuição dos usuários por faixa etária. Projetos Associação Rede Rua. Outubro 2007.....47
- Gráfico 02** - Distribuição dos usuários que pernoitam por faixa etária. Albergue Pousada da Esperança. Outubro 2007.....48
- Gráfico 03** - Distribuição do tempo de convivência nos projetos, pelos usuários. Projetos Associação Rede Rua Outubro 2007.....49
- Gráfico 04:** Distribuição do grau de escolaridade dos usuários. Projetos Associação Rede Rua Outubro 2007.....50
- Gráfico 05:** Distribuição das formas de ocupação dos usuários. Projetos Associação Rede Rua. Outubro 2007.....51

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Distribuição em números absolutos comparativos da população de rua e população usuária de albergues. S.Paulo. 2000 e 2003.....	24
---	----

Sumário

Introdução	10
Capítulo I.....	14
1.1 Pobres ou excluídos: a nova ou a velha questão social?	15
1.2 A vida na rua: denominações e significados	21
1.3 A vida na rua: estigma e invisibilidade	24
1.4 A crise do trabalho provocada pelo capital.....	28
Capítulo II.....	34
2.1 Política de Assistência Social.	35
2.2 Lutas pelo reconhecimento da população de rua	38
2.2.1 Caminhos da regulamentação da lei	39
2.2.2 Fóruns: campo de discussões sobre população em situação de rua	40
2.3 Política de Acolhida e Política de Convivência.....	42
2.4 Associação Rede Rua.....	44
2.4.1 Universo da Associação Rede Rua.	47
Capítulo III.....	52
3.1 O encontro com a realidade dos sujeitos pesquisados	53
3.2 As possíveis razões de chegar às ruas.	56
3.2.1 A dependência de álcool, drogas e jogo.....	56
3.2.2 A dificuldade de se inserir no mercado de trabalho	59
3.2.3 Ruptura de vínculos familiares	60
3.2.4 De quem é a responsabilidade?	61
3.3 A trajetória vivida na Associação Rede Rua	61

3.3.1 Albergue Pousada da Esperança.....	62
3.3.2 Núcleo Santo Dias.....	63
3.3.3 Moradia Provisória.....	64
3.4 A condição de ser pessoa em situação de rua	66
3.5 Meios de sobreviver na rua.....	69
3.6 A difícil convivência.....	72
3.7 Estigmatização sofrida pelas pessoas em situação de rua	76
3.8 Sonhos e Perspectivas.....	80
Considerações Finais	85
Referências Bibliográficas	88
A N E X O S.....	91

Introdução

As pessoas em situação de rua vivem uma “situação-limite de pobreza”. Desprovidas de seus direitos de cidadania, têm sido discriminadas por parte da sociedade (ROSA, 2004: p. 17).

O tema é complexo e requer reflexões mais profundas acerca das questões sócio-econômicas e das particularidades que envolvem os moradores de rua.

Trata-se de uma dura realidade, que não precisamos ir longe para enxergar, pois basta andar pelas calçadas e ruas que vemos crianças, jovens, adultos e velhos vivendo em total desumanidade. São considerados uma mancha para a cidade e invisíveis para muitas pessoas.

A pobreza e a situação limite que coexistem nas pessoas em situação de rua, é uma das expressões da Questão Social¹, objeto de trabalho do Assistente Social.

Como cidadãos, as pessoas em situação de rua têm direitos garantidos por uma lei. O Decreto nº40232, de 2 de janeiro de 2001 do município de São Paulo regulamenta a Lei 12.316, de 16 de abril de 1997, que dispõem sobre a obrigatoriedade do Poder Público prestar atendimento à população de rua da cidade de São Paulo. O artigo 4º, do Decreto estabelece que a atenção às pessoas em situação de rua deve observar “o direito do cidadão de restabelecer sua dignidade, autonomia, bem como convivência comunitária, relacionando-se harmoniosamente com os demais cidadãos”. O artigo 4º, inciso II da mesma Lei prevê a política de acolhida, ou seja, o acolhimento e alojamento em albergues fornecendo todas as condições e serviços necessários aos seus usuários sejam eles homens, mulheres ou crianças.

A Lei de fato, projeta garantias e providências que não coincidem com a realidade.

Pesquisas realizadas pela Secretaria do Bem-Estar Social (SEBES) em parceria com organizações não-governamentais e pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), apontam que em maio de 1994 haviam 1.749

¹ Questão Social apreendida como conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. Questão Social, que, sendo desigualdade, é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem.(IAMAMOTO, Marilda. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 10.ed. São Paulo, Cortez, 2006).

pessoas² vivendo em albergues e no ano de 2003 esse número se elevou para 6.186 (ROSA, 2005). Os dados revelam que houve um aumento significativo das pessoas que utilizam o serviço do albergue.

A pesquisa realizada pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) e FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), no período de dezembro/2005 e janeiro/2006, revelou que 631 homens de 18 anos ou mais pernoitam em albergues conveniados pela prefeitura.

O interesse da dupla sobre a situação das pessoas que moram na rua surgiu por diferentes motivos. Uma³ das pesquisadoras, que exercia estágio voluntário no Albergue Pousada da Esperança, se interessou pelo tema desde o 1º dia de estágio, na qual se deparou com a dura realidade que vive a população de rua e as condições de vida precária na qual são submetidos. A outra⁴ pesquisadora se interessou pelo tema desde o primeiro ano da faculdade de Serviço Social, entendendo que o morador de rua vive o cotidiano das carências, tanto da moradia, como da saúde, trabalho, dignidade, entre outras. A motivação em entender melhor esse tema, levou à leitura de livros sobre moradores de rua e a frequentar o Fórum de Discussão sobre Pessoas em Situação de Rua, realizado por estudantes universitários e profissionais, como um lugar de aproximação com o tema e com os sujeitos.

O campo de pesquisa para este trabalho, foi a Associação Rede Rua que foi fundada em 1991, na cidade de São Paulo, região do Brás.

Nos dias atuais a Rede Rua constrói uma rede de solidariedade e de inclusão social por meio dos seus projetos: Refeitório Comunitário do Povo da Rua, Albergue Pousada da Esperança, Núcleo de Vivência Santo Dias da Silva, Moradia Provisória e a Rede Rua de Comunicação.

Os projetos escolhidos para realizarmos as entrevistas foram o Albergue Pousada da Esperança, o Núcleo de Vivência Santo Dias da Silva e a Moradia Provisória. Escolhemos esses projetos visando compreender o processo da Associação Rede Rua desde a chegada à saída das ruas.

O Albergue Pousada da Esperança é o primeiro serviço de acolhida e orientação oferecido pela Rede Rua a 120 homens, que estão em situação de rua.

² Homens, mulheres e crianças.

³ Roberta Alves da Silva.

⁴ Adriana Ignacio de Souza.

No primeiro momento, são prestados serviços que respondem às necessidades de higiene, alimentação, guarda de pertences e repouso. Posteriormente, se necessário, são realizados encaminhamentos para documentação, atendimento hospitalar e psicológico.

Na segunda etapa do trabalho no albergue, os conviventes que atingem alguma autonomia econômica, são encaminhados pela Pousada da Esperança ao Núcleo de Vivência Santo Dias da Silva.

O Núcleo de Vivência Santo Dias da Silva constitui a segunda fase da política de assistência social, que é a convivência. O Núcleo presta serviço a 80 homens, incentivando a criação de projetos de vida para a saída das ruas, na continuidade do resgate da auto-estima e autonomia. Desenvolve oficinas e orienta para cursos de profissionalização. As atividades do Núcleo de Vivência Santo Dias da Silva iniciaram em 2002.

A Moradia Provisória é a terceira etapa para a finalização do processo de desligamento dos serviços oferecidos pela política de assistência social. Iniciada em 2003, a Moradia Provisória oferece um lar para 30 homens em duas casas em regime de co-gestão. Esta iniciativa possibilita o protagonismo e a autonomia, estimulando a criação de vínculos pessoais, a auto-confiança e a emancipação financeira das pessoas que estão saindo da situação de rua e em condições de trabalhar no mercado formal ou informal.

O aumento numérico da população em situação de rua e de pessoas que utilizam os serviços da política de acolhida nos levou a refletir sobre as demandas dos usuários da Associação Rede Rua e a indagar quem são essas pessoas? Porque chegam às ruas? Como são considerados, nas relações que mantém em busca da inserção no trabalho, para construir novas relações, para a própria sobrevivência? Como se dá o processo de saída das ruas?

Nosso trabalho pretendeu contribuir para a reflexão da condição vivida pelos moradores de rua nas esferas social e do trabalho, a partir do momento em que elas passam a ser sinônimos de ausências, carências e preconceitos.

Esta pesquisa se configura como qualitativa e a técnica utilizada foi um estudo de caso com seis entrevistas semi-estruturadas.

A razão pela qual escolhemos tais instrumentos de pesquisa foi alguns aspectos que consideramos importantes e que abordaremos a seguir:

O contato direto com os usuários; adequar às perguntas conforme a dificuldade de compreensão do entrevistado; oportunidade para observar os sentimentos, os gestos, reações dos entrevistados e os silêncios, pois este também é um tipo de linguagem e tem significado; obter dados mais relevantes e significativos; permitir dados que nos possibilite compreender o perfil dos entrevistados e conhecer suas características nos aproximando de sua realidade.

Assim, este trabalho está estruturado em três capítulos. No Capítulo I apresentamos a reflexão teórica sobre as relações sociais na sociedade de classes, a questão social, o mercado de trabalho e os estigmas e invisibilidade sofrida pelas pessoas em situação de rua, bem como a vida nas ruas e suas implicações.

O Capítulo II aborda as políticas públicas destinadas às pessoas em situação de rua e o protagonismo desses sujeitos na luta pelos seus direitos, enquanto cidadãos. Também apresentamos o campo de pesquisa escolhido, a Associação Rede Rua, seus projetos e o universo da Associação.

No Capítulo III apresentaremos as trajetórias individuais de seis usuários da Associação Rede Rua com a pretensão de conhecer a condição de vida desses sujeitos.

As considerações finais apresentam as descobertas possíveis.

Acreditamos que nosso estudo possa contribuir para a reflexão da condição vivida pelas pessoas em situação de rua nas esferas social e do trabalho, a partir do momento em que elas passam a ser sinônimos de ausências, carências e preconceitos.

E colaborar para manter acesa a discussão sobre direitos na possibilidade de transformação das relações sociais.

Capítulo I

1.1 Pobres ou excluídos: a nova ou a velha questão social?

A diferença entre pobres e ricos vem de tempos remotos da civilização, mas com o estabelecimento do capitalismo, a pobreza tornou-se generalizada. Os trabalhadores livres que vendem sua força de trabalho vivem uma situação crônica de carências de toda a ordem, que afetam sua vida dificultando até mesmo a sobrevivência.

Desde então, o sistema econômico deixa os trabalhadores à mercê da instabilidade do mercado permitindo a sua exploração máxima e a criação de uma “população sobrando”, útil para pressionar os salários para baixo e a competição entre os trabalhadores. (CASTEL, 2004).

Os trabalhadores urbanos, nesse período, começaram a sofrer os custos sociais, ou seja, as conseqüências nefastas do crescimento econômico industrial conhecido como o fenômeno do *pauperismo*. (NETTO, 2001).

Segundo BRESCIANI (2004), no século XIX a sociedade inglesa vinculava a pobreza com a criminalidade e a amoralidade. Para os ingleses a miséria era uma questão moral. Os desempregados por não terem trabalho eram vistos como vagabundos e preguiçosos e não pertencentes ao corpo social.

Para os ingleses os homens sem trabalho eram considerados uma ameaça para a sociedade. A “questão inglesa”⁵ no século XVIII foi marcada pela instabilidade econômica, pelos períodos de desemprego e pelas manifestações públicas contra a situação de pobreza e de falta de trabalho.

A concentração de pessoas, fora e dentro das fábricas, começou a preocupar os cidadãos ingleses que as consideravam perigosas.

BRESCIANI (2004) refere que a sociedade francesa considerava os miseráveis como uma “ameaça política” temendo as insurreições dos miseráveis e sua exposição pelas ruas, pondo em perigo as instituições.

A miséria, antes particular e escondida, passou a ser pública e visível, a partir de protestos da multidão⁶ de pobres trabalhadores que expunham sua miséria, seus

⁵ (BRESCIANI, 2004, p.94). A aurora refere-se à questão social, em uma época que ainda não tinha essa denominação.

⁶ Conforme aumentava a capacidade produtiva do capitalismo, ocorria o crescimento desenfreado do número de pobres e isso é o que há de novo e ameaçador naquele momento. BRESCIANI (2004).

hábitos considerados como fraquezas morais, pelos possuidores de riqueza, pondo em risco a ordem social. (BRESCIANI, 2004).

Compreender a questão social⁷ implica, portanto, em retomar o processo de industrialização iniciado na Inglaterra com a Revolução Industrial, na segunda metade do Século XVIII, que veio consolidar o sistema capitalista de produção.

As expressões da questão social (miséria, fome, desemprego, doenças e todos os possíveis tipos de carências) foram consideradas uma questão moral que deveria ser tratada com uma ação de caráter reformador da moral dos sujeitos que resistiam ao “trabalho honesto” como modo de sobrevivência.

Ao longo do desenvolvimento da sociedade burguesa a questão social foi admitida como decorrente da “vontade divina” ou da própria natureza. Tanto a moralização como a naturalização da questão social, vinculadas ao modelo sócio econômico vigente, buscaram a preservação das características do sistema capitalista, baseado na propriedade privada e na privatização dos meios de produção. (NETTO, 2001).

A questão social, portanto, é produzida pela exploração do trabalho no sistema capitalista, para a produção da mais-valia, que resulta inicialmente do aumento da jornada de trabalho para além do tempo necessário para produzir ou repor o seu salário. (ANTUNES, 2006).

A consolidação e a expansão do capitalismo estabeleceram o sistema na América Latina e, portanto, no Brasil, aconteceu mais tardiamente, trazendo consigo, entre seus desdobramentos, a questão social.

Contudo, WANDERLEY (2004), pontua que a questão social tem suas particularidades, de acordo com cada país. Encontra-se na dependência de cada Estado, dos modos de produção existentes, das relações sociais em todas as suas dimensões. Nesse sentido, o autor refere que a questão social apresentou no Brasil, confluências e divergências da Europa. No Brasil, para o autor, a desigualdade estava posta desde o início do descobrimento, manifestada nas desigualdades e injustiças que problematizaram a questão indígena e negra.

⁷ “A pobreza se generaliza e se amplia e a questão social emerge como tal a partir do momento em que é publicizada por um determinado estrato da sociedade, através de manifestações e lutas pelo seu enfrentamento, passando para a dimensão política”. (Wanderley, 2004. p. 59).

É possível entender, que a questão social não tem a mesma definição. As divergências em torno dela, aparecem em decorrência da fundamentação teórica escolhida.

Alguns autores, como CASTEL, que assumem o positivismo/funcionalista, seguindo Durkeim até os dias atuais, afirmam que na atualidade, depois da quebra dos acordos capital/trabalho há uma nova questão social. Para CASTEL (2004) a antiga questão social está restrita ao fenômeno do pauperismo no advento do sistema capitalista.

CASTEL (2004) afirma que o fenômeno do pauperismo foi afastado devido a medidas referentes às proteções e garantias de emprego propiciadas pelo Estado a partir do século XIX, expandidas na primeira metade do século XX e consolidada com o Estado de Bem-Estar Social.

Para o autor, a questão social atual é nova, produzida pela flexibilização do trabalho e das leis trabalhistas, tendo como resultado, o desmonte dos direitos trabalhistas adquiridos, pela desestabilização do emprego, pela deterioração salarial, pela determinação de novas relações de trabalho, como a terceirização, o mercado informal e as cooperativas.

Para WANDERLEY (2004), desde os anos 70, com o acirramento do desemprego emergem “novos pobres” que para sobreviverem precisam da ajuda social.

IAMAMOTO (2004) diz que a questão social atual é a mesma desde a consolidação da sociedade capitalista. A diferença da questão social do início do sistema capitalista para os dias atuais está nos variados aspectos advindos das transformações na organização e gestão do trabalho e do “acúmulo do capital”⁸.

YAZBEK (2001) e NETTO (2001) afirmam que a questão social é a mesma que, surgiu com as contradições da industrialização e hoje, apresenta novas configurações decorrentes das escolhas políticas neoliberais e da sociedade mundializada pelo capital. Para os autores, atualmente ocorre o aumento do número de sobrantes e dos despojados de trabalho e bens materiais.

NETTO (2001) refere que para compreender, tanto as antigas como as novas expressões da questão social, é necessário considerar as peculiaridades históricas e culturais de cada nação em que é estabelecida.

⁸ “(...) desregulamentação das relações de trabalho e dos direitos sociais, derivada da preocupação com a necessidade de redução dos *custos sociais do trabalho*”.(IAMAMOTO, 2004, Pg. 45).

Como expressão da questão social, a pobreza tal como conhecemos hoje, é produto da sociedade capitalista.

A pobreza passou a ser tratada por diversos autores como exclusão. Contudo, o conceito de exclusão torna-se superficial, por não destacar suas características e nem as especificidades das relações sociais que a causam.

Para CASTEL (2004), que tem como referência as especificidades da conjuntura francesa, o conceito de exclusão qualifica negativamente as pessoas que a vivem e traduz um rebaixamento da situação anterior vivenciada. A exclusão designa as carências e faltas vividas por essas pessoas sem aprofundar as razões que as causam, bem como, no que de fato elas consistem.

O conceito “exclusão” é utilizado teoricamente, devido à insegurança de justificar, explicar e conceituar os problemas sociais na contemporaneidade. Para MARTINS (2002) o conceito não aborda as contradições que a compõe, apenas as lamenta.

De acordo com YAZBEK (2001), a exclusão, a pobreza e a subalternidade indicam o lugar da sociedade e a classe em que os sujeitos pertencem. As pessoas que ocupam esse lugar são socialmente desqualificadas por suas crenças, pela sua conduta e pela maneira de se manifestar.

De acordo com Martins citado por YAZBEK (2001) “a pobreza é um fenômeno multidimensional, é categoria política que implica crescimentos no plano espiritual, no campo dos direitos, das possibilidades e esperanças” (p.34).

A exclusão também pode ser caracterizada por outros elementos, como por exemplo, a falta de protagonismo individual e coletivo a partir do momento em que há uma tensão entre dominantes e dominados, conforme nos diz a autora:

“Por outro lado, a abordagem conceitual da exclusão configura-se como uma forma de pertencimento, de inserção na vida social. Trata-se de uma inclusão que se faz pela exclusão, de uma modalidade de inserção que se define paradoxalmente pela não participação e pelo mínimo usufruto da riqueza socialmente construída (...). Finalmente a subalternidade diz respeito à ausência de protagonismo, de poder, expressando a dominação e a exploração(...)” (YAZBEK, 2001, p.34).

Nesse sentido, falar dos “excluídos” é se referir às pessoas que sofrem as contradições dos processos sociais, políticos, e econômicos da sociedade capitalista, nos quais estão incluídos.

Os chamados excluídos, como expressão da questão social, proclama a publicização, a resistência e a luta pela situação em que vivem. Segundo YAZBEK (2001) A luta dos excluídos é pela inclusão, ou seja, pela participação da riqueza socialmente produzida e como aponta MARTINS (2002) a luta da inclusão dos excluídos também ocorre no âmbito da “participação social como um direito e como um dever” (p.47). Para o autor essa luta é norteadada pelos ideais de uma possível transformação social.

Os conceitos exclusão, pobreza e subalternidade para YAZBEK (2001) expressam o lugar em que os pobres ocupam na sociedade permeado de desigualdades, injustiças e opressões.

Para YAZBEK (2001), a desumanização da pobreza se expressa na capacidade da sociedade de a tolerar e banalizar, tornando-a algo comum no cotidiano. Para MARTINS (2002), o ser humano torna-se ninguém sendo ignorado e indiferente para aqueles que se julgam incluídos em alguma das dimensões sociais.

Falar do lugar que ocupa a pobreza é negar a possibilidade dos sujeitos reconstruírem suas vidas, a partir das experiências vividas. A participação social como um direito, no controle social e na construção de alternativas para enfrentar a questão social, é conquistada. MARTINS (2002). Mas como sabemos, esta conquista pode ser tirada, por isso a luta pela sua permanência deve ser constante.

A dimensão política da questão social pressupõe a participação da população nas esferas públicas, no sentido de acompanhar, conquistar e cobrar novos direitos, orçamentos e políticas sociais públicas.

Segundo ROSA (2004), uma das expressões mais perversas da manifestação da questão social está relacionada às pessoas em situação de rua. Para a autora esses sujeitos não possuem definição econômica e cultural e desenvolvem estratégias de sobrevivência, tendo o seu próprio modo de vida, socialmente discriminado.

Estar na rua pode ser passageiro. Porém, quando a busca por um emprego não se realiza, e se repete, pode levar essas pessoas a criarem novos hábitos e códigos. Ser pessoa em situação de rua vai além de todas as carências. Ela passa a adquirir outros referenciais não mais baseados em valores associados ao trabalho, à moradia, às relações familiares.

As pessoas que já moram na rua, diferentes dos que só passam por ela, desenvolvem formas de sobreviver nela, tendo um modo específico de conviver e ver o mundo. (ROSA, 2004).

A rua como ponto de chegada, tem saídas múltiplas e diversificadas, tanto no plano das instituições como no movimento social. As ações, nesse sentido, devem levar em conta a heterogeneidade dos perfis das pessoas nessa situação e as perspectivas e aspirações que elas elaboram na reconstrução de suas vidas. (ROSA, 2005).

Esta discussão será aprofundada mais adiante.

1.2 A vida na rua: denominações e significados

Este trabalho se interessa pelas pessoas em situação de rua da cidade de São Paulo, as quais são estigmatizadas, discriminadas e vítimas da sociedade capitalista e do Estado neoliberal.

A referência a tais pessoas é feita de diferentes maneiras, denotando significados, muitas vezes oculto, utilizados por diversos segmentos da sociedade e em momentos distintos.

Cada denominação utilizada tem um significado incutido: *morador de rua*, *povo da rua*, *população de rua*, *pessoas em situação de rua*.

A autora ROSA (2005) trata deste tema através de diversas publicações em jornais desde a década de 1970 até os anos 90.

Segundo a autora, as denominações são “historicamente construídas” (ROSA, 2004, pg. 49.), de acordo com as conjunturas sociais, políticas e econômicas e também fazem referência às representações que a sociedade tem das pessoas que utilizam a rua como moradia.

No final da década de 1980 as reportagens utilizaram diferentes termos, incluindo *povo da rua*, também muito utilizado pelas igrejas. Este é um dos termos utilizado pelo jornal *O Trecheiro*, editado mensalmente pela Associação Rede Rua escolhida por nós como campo de pesquisa.

Esse termo é utilizado como crítica ao termo *mendigo* que é pejorativo e oculta a condição de trabalhador desempregado. O jornal também passou a utilizar os termos *sofredores de rua* e *pessoa em situação de rua*.

População de rua é um termo genérico, pois não engloba a heterogeneidade das pessoas e situações encontradas nas ruas.

ROSA (2004) utiliza o termo *população de rua* no livro publicado como resultado da pesquisa realizada pela Secretaria do Bem Estar Social – Sebes e Organizações Não-Governamentais – ONGs, em 1991.

Essa denominação foi escolhida para ressaltar os diferentes modos de inserção na rua. Nesse sentido a autora destaca três tipos distintos: *Ficar na rua* – Designação às pessoas que permanecem na rua por estarem sem trabalho, não tendo para onde ir e que não conseguiram vaga em albergue. *Estar na rua* – É a condição de sujeitos que já não tem medo de ficar na rua e começam a estabelecer relações com outros moradores de rua, bem como conhecer novas formas de

sobrevivência. *Ser da rua* – É aplicada quando a rua ganha um grau significativo de importância, devido às precárias condições das pessoas nessa situação, condições essas físicas e mentais, tornando cada vez mais difícil a saída das ruas.

A autora faz referência à importância de pesquisar mais sobre esse último tipo de inserção na rua.

“Para entender as demandas diferenciadas desses sujeitos sociais, cujo *ethos* é a rua, talvez sejam necessários outros tipos de investigação que possam explicar as particularidades que envolvem esse modo de vida.” (ROSA, 2005, pg.66).

A autora também reforça a relevância de estudar mais profundamente os sujeitos que *estão e ficam* na rua para que suas especificidades sejam conhecidas e publicizadas.

GIORGETTI (2006) adota em seu livro o termo *morador de rua*, apesar de reconhecer que o termo “deixa a desejar”.⁹ Tal denominação, contudo, parece naturalizar a condição de morar na rua, como se a rua fosse uma alternativa válida para se viver.

Por fim, o termo *pessoas em situação de rua* é o mais utilizado atualmente. A autora supracitada diz que este termo foi criado pelo Serviço Social de São Paulo, visando ressaltar as trajetórias desses sujeitos e também atenuar as representações sociais pejorativas em relação às pessoas que vivem esta situação.

Contudo, ela faz uma crítica a esta expressão dizendo que as pesquisas existentes sobre esses sujeitos não comprovam que eles poderão sair das ruas, ou seja, as possibilidades de transformar a realidade vivida são cada vez mais difíceis e, portanto as pessoas que estão em situação de rua, momentaneamente, constituem “talvez uma exceção”¹⁰.

Mesmo com todas essas ressalvas colocadas pela autora, ressaltamos a escolha por utilizar neste trabalho o termo *pessoas em situação de rua*, acreditando nas potencialidades e possibilidades que existem e que possam vir a ser construídas, nos campos político e coletivo para que essas pessoas encontrem condições mais humanas de viver suas vidas.

⁹ (GIORGETTI, 2006, pg. 20)

¹⁰ (GIORGETTI, 2006, pg. 21)

Esta é uma questão que deve ser discutida pelo Estado, pelas instituições e pelos trabalhadores sociais, juntamente com as pessoas em situação de rua. É o que esperamos vivenciar nos tempos vindouros.

1.3 A vida na rua: estigma e invisibilidade

Em 2000 a FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) e Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) realizaram o primeiro censo das pessoas em situação de rua na região metropolitana de São Paulo.

A pesquisa foi novamente realizada em agosto/setembro de 2003 pela FIPE e SMADS na cidade de São Paulo e mostrou um aumento no número de pessoas em situação de rua com relação à mesma pesquisa realizada em dezembro de 2000.

Tabela 1: Distribuição em números absolutos comparativos da população de rua e população usuária de albergues. S.Paulo. 2000 e 2003

área	2000			2003		
	rua	albergue	total	rua	albergue	total
distritos recenseados	2934	2096	5030	2834	3571	6405
distritos amostrados	1461	1597	3058	1379 ⁽¹⁾	2615	3994 ⁽¹⁾
total	4395	3693	8088	4213⁽¹⁾	6186	10399⁽¹⁾

Dados secundários: Fonte: www.prefeitura.sp.gov.br (acesso em 29/04/2007).

FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - SMADS Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

Nota: (1) margem de erro de 145 pessoas com 90% de confiança

As pesquisas de 2000 e 2003 comparadas com as anteriores de 1991 a 1998 realizadas pela Secretaria do Bem-Estar Social (SEBES) em parceria com organizações não-governamentais e FIPE revelam um aumento significativo das pessoas em situação de rua.

Em 1991 havia 3.852 pessoas nas ruas, sendo 3.392 vivendo nas ruas e 460 usuárias de albergues e em 1998 havia 6.453 pessoas em situação de rua, das quais 3.037 não utilizavam albergues e 3.416 eram usuárias de albergues.

O quadro acima revela que de 1991 com 3.852 pessoas em situação de rua. Em 2003 esse número saltou para 10.399 pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo.

A pesquisa de 2003 revelou que a maioria das pessoas, que se encontravam em situação de rua, eram homens (79,9%), com faixa etária entre 26 a 55 anos (65,8%), sendo a idade média de 38 anos. No universo pesquisado 59% eram usuários de albergue.

Para Nasser, em trabalho publicado em 2001, a população que se encontra em situação de rua era heterogênea, na sua origem, constituída por migrantes vindos da zona rural; paulistanos desempregados, ou que perderam os vínculos familiares; aposentados com uma pensão que não atendia às suas necessidades básicas, ou os que não recebiam o benefício, entre outros.

Segundo a autora, a rua torna-se o espaço de moradia e sobrevivência de pessoas que não encontram espaço no mercado de trabalho. O baixo nível de qualificação profissional e escolaridade influem predominantemente. Contudo, também sujeitos qualificados profissionalmente, e mesmo com educação superior completa, são excluídos do mundo do trabalho.

O crescente número de desempregados e o aumento pobreza são resultados do tipo de desenvolvimento econômico proposto durante vários anos no Brasil.

ROSA (2004) pontua que na década de 90, ocorreu uma redução do número de postos de trabalho empurrando trabalhadores para atividades precárias, intermitentes, específicas de rua¹¹, irregulares e com uma remuneração excessivamente baixa. Várias pessoas em situação de rua e que estão nessa situação recorriam às instituições ou ao acharque¹².

Segundo a autora, as pessoas em situação de rua, na busca de sobrevivência, elas incluem a procura de instituições que possam atendê-las em algumas de suas necessidades mais veementes como a dormida, a alimentação, a higiene e o lazer.

“(...) o que os próprios albergados chamam de lazer nada mais é do que um simples (deixar-se) ficar em algum local onde possam passar o tempo, enquanto não têm nada a fazer e ainda não é o horário de retornar ao Albergue (...)” (NASSER. 2001 pg.210).

No estudo de ROSA (2004), as instituições procuradas pelas pessoas em situação de rua eram as Casas de Conveniência, os Abrigos de Inverno e Albergues.¹³ O albergue é um espaço contraditório para as pessoas que vivem em

¹¹ Guarda e lavagem de carros, carga e descarga de caminhões, recolher materiais recicláveis e demais atividades. (ROSA, 2004).

¹² O acharque, segundo ROSA (2004), consiste-se no pedido de dinheiro, roupa ou comida.

¹³ As Casas de Conveniência são locais que atendem às necessidades mais imediatas durante o dia como higiene pessoal, alimentação e sociabilização. Abrigos de inverno são locais de acolhimento apenas no período do inverno.

Os Albergues além de atender as mesmas necessidades das Casas de Convivência, também oferecem pernoite e desenvolvem atividades e serviços voltados para a construção da cidadania e novos projetos de vida. (ROSA, 2004).

situação de rua. Para alguns dos usuários de albergue, este era um local em que acreditam manter a identidade de trabalhadores desempregados e que lhes possibilita a reinserção no mercado de trabalho. Existe, contudo, ainda aqueles que acreditam que ao utilizarem esse serviço passariam a ser considerados pela sociedade, como vagabundos, alcoólatras e marginais. (NASSER, 2001).

Nesse sentido, ainda segundo a autora, as pessoas em situação de rua utilizam e valorizam o albergue como meio de se diferenciar dos “mendigos”. Assim são chamadas por eles, as pessoas em situação de rua que não freqüentam nenhum tipo de instituição.

Albergados se diferenciam dos mendigos considerando que estes já haviam perdido a vontade de trabalhar e estariam sem trabalho e casa devido à “falta de cabeça”. (NASSER, 2001, p.252) A distinção que fazem de si com os mendigos voltava também à questão do alcoolismo.

Ao contrário dos mendigos, referem conseguir conter o vício. (NASSER, 2001).

A carteira de trabalho quando assinada, cada vez mais rara na atualidade, é considerada um símbolo de honestidade e dignidade. No momento em que o trabalhador perde o emprego, ou perde capacitação para determinada atividade (no caso de invalidez) ele torna-se inútil para o mercado de trabalho, o que torna ainda mais difícil a sobrevivência da família e de si próprio. Nesta situação, o trabalhador inicia a batalha para se reinserir no mercado de trabalho e manter a sobrevivência de sua família. (ROSA, 2004).

De acordo com ROSA (2005), a falta de residência fixa e a falta de documentos pessoais prejudicam quem procura trabalho, pois tal situação implica em gerar desconfiança para o empregador. Nessa perspectiva, alguns acreditam que só conseguirão emprego por indicação pessoal ou institucional.

Quem está na rua ou é usuário de albergue carrega o peso do preconceito da sociedade. É visto como vagabundo, mendigo, inútil e não confiável por não ter endereço fixo e estar desempregado. Essas pessoas são consideradas suspeitas e não trabalhadores desempregados. A sociedade tem a idéia de que, quem está na rua não tem valor, reforçando uma identidade negativa, que adere a essas pessoas. (ROSA, 2005).

Diversos estereótipos foram dados à pobreza desde meados do Século XIX, no Brasil, conforme destaca IAMAMOTO:

“Nos anos 1950, a pobreza foi construída em torno da imagem do Jeca Tatu - preguiçoso, indolente, sem ambição; nos anos 1960, a imagem da pobreza passou a ser representada pela figura do malandro, aquele que não trabalha, mas vive espertamente, sendo objeto do desprezo e da indiferença. Hoje a imagem da pobreza é radicalizada: é o perigoso, o transgressor, o que rouba e não trabalha, sujeito à repressão e à extinção. São as ‘classes perigosas’, e não mais laboriosas, destinatárias da repressão. Reforça-se assim a violência institucionalizada, colocando-se em risco o direito à própria vida.” (IAMAMOTO. 2004, pg.42).

Nesse sentido, WANDERLEY (2004) assinala que no século XIX, no Brasil, houve uma intensificação na estigmatização e criminalização dos trabalhadores desempregados, vistos como indigentes, vagabundos, delinqüentes e degenerados representando um perigo para a sociedade, incluindo os “clandestinos”, “invisíveis”.

A postura ideológica dominante desqualifica a classe trabalhadora passando a ser criminalizada e estigmatizada entendida como vagabunda e desonesta, uma “classe perigosa”. (BRESCIANI, 2004).

Quem está em situação de rua, sofre o preconceito das pessoas que passam ao seu redor, por serem considerados ladrões. De acordo com ROSA “É bastante presente em suas vidas também o fato de serem vistos e tratados como bandidos”. (2005, pg.124).

Para a autora, as dificuldades são ainda piores se a pessoa passou pela prisão. Essa experiência deixa marcas profundas.

Nas representações que constroem sobre sua situação de exclusão e os acontecimentos de sua vida podem tornar as alternativas de saída da rua muito difíceis de serem realizadas. Para NASSER (2001) as pessoas em situação de rua passam a aceitar resignadamente o pouco que recebem.

O trabalho, contudo, como atividade humana fundamental, segundo Marx, citado por IAMAMOTO (2004) pode constituir possibilidades, apesar das novas dificuldades trazidas pela atual conjuntura, situação que será aprofundada no próximo item.

1.4 A crise do trabalho provocada pelo capital

Baseando-se em Marx, IAMAMOTO (2006) afirma que o trabalho é uma atividade fundamental para o ser humano, tanto na dimensão material, como cultural e moral. Ao longo da história, o trabalho tem sido a atividade central para o processo da sociabilidade e emancipação do ser humano. O trabalho, presente na vida cotidiana do homem garante a satisfação de suas necessidades e sobrevivência (ANTUNES, 2005).

O trabalho, nesta linha de pensamento pode ser considerado essencial tanto no que diz respeito ao desenvolvimento intelectual do homem quanto para suprir suas necessidades.

Conforme afirma IAMAMOTO (2006), o aumento do desemprego e da precarização das relações do trabalho é um dos aspectos centrais da questão social na atualidade. Trata-se de um momento em que pessoas estão sendo privadas em suas possibilidades de trabalho e de conseguir meios para sobreviver. Quem depende da força de trabalho para sobreviver, está vivendo momentos de crise.

A crise vivenciada pela classe trabalhadora deve ser entendida em sua conjuntura, o que requer uma reflexão acerca da expansão dos modelos de produção e de gestão do trabalho, suas crises e transformações.

A expansão do mercado de trabalho ocorreu nos marcos do padrão *taylorista/fordista*. Este sistema produtivo era caracterizado por produção em série e massivo, voltado para um consumo padronizado. Além da divisão de tarefas, tornando o trabalho fragmentado, os trabalhadores eram controlados e cronometrados em suas ações. Na década de 70, ocorreu a crise estrutural do modelo de produção *taylorista/fordista*, surgindo à necessidade de novos mecanismos e formas de acumulação para solucionar a crise que se acentuava. (ANTUNES, 2006).

De acordo com IAMAMOTO (2006), a concorrência mundial por novos mercados, contribuiu e reforçou as exigências nos mecanismos de produção e na qualidade dos produtos. Neste contexto, surgiu o modelo *toyotista* de produção, que busca através da flexibilização do processo de trabalho, não produzir mais em série, atendendo às particularidades do mercado consumidor.

A flexibilização que se acentuou após o novo modelo de produção *Toyotista*, não se deu apenas no processo de produção, mas no mercado de trabalho em

geral, atingindo principalmente a classe trabalhadora. Diversos autores apresentam a discussão sobre como estas mudanças estão influenciando na qualidade de vida da população que vive da venda da força de trabalho.

ANTUNES (2006) refere-se à contemporaneidade, como o momento em que as sociedades vêm sofrendo transformações tanto no que diz respeito à materialidade quanto à subjetividade. A crise e as respostas provocadas pelo capital, são expressas na reestruturação produtiva que acarretou conseqüências para o mundo do trabalho. Nesse contexto, o autor relaciona o desenvolvimento capitalista como fator responsável pelo fenômeno da flexibilização e da precarização do trabalho que cria uma parcela de trabalhadores inúteis no processo de produção.

Na mesma linha de pensamento, IAMAMOTO (2006) pontua que os impactos nas relações de trabalho fazem parte da reestruturação capitalista gerando uma população desnecessária para o mercado de trabalho. A autora ainda conclui que, trata-se de pessoas que devido à desqualificação profissional, são expulsos do mercado, passando a pertencer ao estoque de trabalhadores descartáveis, conforme destaca:

“(...) Essa é a raiz de uma *nova pobreza* de amplos segmentos da produção, cuja força de trabalho não tem preço, porque não têm mais lugar no mercado de trabalho. Fenômeno que observa hoje, inclusive, nos países considerados desenvolvidos, cujos índices de desemprego estrutural eram comparativamente baixos. São estoques de força de trabalho ‘descartáveis’ para o mercado de trabalho, colocando em risco para esses segmentos a possibilidade de defesa e reprodução da própria vida. (...)” (IAMAMOTO. 2006, pg.33).

O processo de modernização é apontado pelos autores como fator relevante entre as causas da crise estrutural do trabalho.

Segundo IAMAMOTO (2006), ocorreu à redução dos operários nas indústrias e fábricas, devido à robótica e novas tecnologias e em contrapartida, o aumento significativo do setor de serviços. A autora considera que trabalhar com a alta tecnologia como a robótica, o avanço da informática e a microeletrônica, exige a qualificação da mão de obra. Porém existe um contingente de trabalhadores que não estão preparados para as novas exigências do mercado. Este fator acarreta redução do número de trabalhadores, provocando a expulsão de parte da mão de obra desse processo.

A mesma autora destaca que nesta nova empresa, exige-se maior rendimento dos trabalhadores ativos, que passam a desempenhar um trabalho multifuncional e polivalente. A exigência de um profissional polivalente¹⁴, além de esgotar o quadro das empresas, exige maior capacitação por parte dos trabalhadores. Desta forma, as empresas alcançam a qualidade total com menos custos.

Esta redução no número de trabalhadores e conseqüentemente, o aumento do desemprego, fazem parte das novas idéias da reestruturação produtiva que lança a “empresa enxuta” (ANTUNES, 2006, pg.44).

A flexibilização do trabalho fortalece o desemprego, a terceirização, o trabalho precário, informal, e o achatamento salarial no setor de serviços e as cooperativas. Neste novo cenário do mercado de trabalho, os trabalhadores são subdivididos entre a formalidade, as terceirizações e informalidade, conforme destaca a autora:

“(...) Os mais qualificados têm a possibilidade de permanecer (o que não significa segurança total) no mercado formal e, potencialmente, têm condições de viabilizar uma relação estreita entre o trabalho manual e o intelectual; os que não preenchem os requisitos da polivalência e qualificação vêm-se excluídos do mercado de trabalho formal, pois o enxugamento de postos no setor industrial e com o limite do setor de serviços, a maioria é obrigada a procurar ocupações na informalidade.” (LIRA.2006,pg.132)

A terceirização é realizada por pequenas e médias empresas que prestam serviços e fornecem produtos para outras empresas, acarretando o desmonte das leis trabalhistas, no sentido de reduzir os direitos dos trabalhadores, a partir do momento em que “precariza as relações do trabalho¹⁵”.

O trabalho informal, caracterizado pela precariedade nas suas condições, tem sua importância no processo de acumulação do capital, conforme nos apresenta LIRA (2006). Segundo a autora, tal importância se dá de forma secundária e necessária através do rebaixamento dos custos, mantendo a manutenção e reprodução da mão de obra excedente. Sendo assim, conclui-se que a informalidade apresenta-se como alternativa possível aos desempregados.

¹⁴ Aquele que é chamado a exercer várias funções no mesmo tempo de trabalho e com o mesmo salário. (IAMAMOTO, 2006).

¹⁵ “(...) reduzir ou eliminar direitos sociais, rebaixar salários, estabelecer contratos temporários, o que afeta profundamente as bases de defesa do trabalho conquistadas no pós-guerra”. (IAMAMOTO, 2006, p.32).

Nesse contexto, a informalidade apresenta uma possibilidade para os trabalhadores desempregados, mas ao mesmo tempo, os expõe às inseguranças da renda instável e da falta de acesso aos direitos trabalhistas.

Mattoso, citado por IAMAMOTO (2006), discute que a degradação e a instabilidade no trabalho leva ao desemprego de longa permanência, ao trabalho precário, a insegurança do trabalho, e desorganizam os movimentos de defesa dos direitos dos trabalhadores e dos organismos de classe, como os sindicatos.

ANTUNES (2006) afirma que as transformações estruturais, que desencadearam a chamada reestruturação produtiva do capital, estão baseadas nas idéias neoliberais.

Nesse contexto, o neoliberalismo ganhou espaço preconizando as desregulamentações e privatizações tanto no que diz respeito à economia e ao mundo financeiro, quanto às leis fiscais e às relações trabalhistas. As desregulamentações no âmbito das relações de trabalho passaram a gerar graves conseqüências para os trabalhadores.

Ao situar a realidade do Brasil na conjuntura mundial, observa-se que o país passou por momentos importantes na constituição de seu mercado de trabalho. O século XIX, conforme nos apresenta SILVA e YAZBEK (2006), foi marcado por mudanças tanto econômicas quanto sociais, que influenciam na nossa atual conjuntura.

Neste período ocorreu o aprofundamento da industrialização, das regulações das relações de trabalho, do processo de urbanização e de modernização econômica. Assim, o mercado de trabalho brasileiro, ganhou uma forma heterogênea, o que acarretou o surgimento de mão de obra excedente, devido às migrações internas do interior para as grandes metrópoles.

No caso brasileiro, a ação do Estado aparece como algo fundamental para a construção do mercado de trabalho e na determinação das relações salariais.

Conforme destaca POCHMANN (2006), ao longo da história, o governo tem sido pouco atuante em relação às políticas de emprego e de proteção aos desempregados. Especificamente em relação à década de 90, o autor revela:

“As políticas introduzidas no conjunto das políticas de emprego durante a década de 1990 terminaram por não alterar o comportamento fragmentado e pulverizado das políticas públicas de atenção ao desemprego. Ademais da baixa efetividade e eficácia das políticas de emprego do governo federal, assistiu-se a permanência de reduzida sensibilidade na aplicação dos escassos recursos públicos para com a heterogeneidade do desemprego”. (POCHMANN. 2006 pg.32).

As crises de desemprego dos anos 90 e a fragilidade histórica das políticas de emprego reforçam a presença das medidas de corte neoliberal neste período. Estas medidas vieram para agravar ainda mais a situação brasileira, pois além de cortar os recursos voltados às políticas de emprego, estavam acompanhados da flexibilização do mercado de trabalho e da desregulamentação das políticas públicas do trabalho. POCHMANN (2006).

Segundo o autor, as ações das políticas neoliberais de redução de custos com o trabalho, a flexibilização dos contratos trabalhistas e a redução com os gastos sociais, ainda estão presentes na realidade brasileira.

LIRA (2006) apresenta a discussão da relação entre o capital e o trabalho, que se estabelece no capitalismo. Aqueles que dispõem apenas da força de trabalho para garantir a sobrevivência e que não conseguem se inserir, devido ao padrão exigido pelo mercado de trabalho, passam a fazer parte do chamado exército de reserva.

Apesar do estudo de TELLES (1992) apontar que nas famílias de baixa renda existem outros provedores como as mulheres e filhos, as autoras que estudam este segmento demonstram que os homens que estão em situação de rua, se sentem responsáveis pelo sustento da família, conforme veremos a seguir.

Segundo ROSA (2004) a perda do trabalho é também um dos fatores determinantes à chegada nas ruas. A partir do momento em que o trabalhador perde o emprego, precariza a sobrevivência da família e de si próprio. Nesse processo, é que o seu papel de chefe de família, se desqualifica e passa a ser alvo de pressão por parte da família e da sociedade, pois na sociedade capitalista a pessoa é reconhecida é valorizada pelo que possui em bens materiais e poder.

NASSER (2001) considera que os homens em situação de rua estão totalmente excluídos do mercado formal de trabalho, pelos diversos motivos: desqualificação profissional, analfabetismo, baixo grau de escolaridade ou até mesmo por deficiência.

Em contribuição CASTEL (2004) afirma que a precarização do trabalho torna-o cada vez mais instável e frágil, atingindo de forma desigual os vários segmentos da sociedade, principalmente os trabalhadores menos qualificados.

Além disso, NASSER (2001) também se refere àqueles que mesmo tendo qualificações, perderam seus empregos e foram expulsos do mercado formal de trabalho, devido à idade ou a dependência química.

Nesse sentido, a autora revela que estes homens sofrem graves conseqüências por não assumir o papel socialmente estabelecido ao gênero masculino, ou seja, o provedor da família e de si mesmos. A relação com o dinheiro passa a ser apenas realizada por meio de atividades informais e de doações.

ROSA (2004) segue a mesma acepção quando diz:

“Diante de uma conjuntura de recessão e desemprego, parte significativa da classe trabalhadora fica muito mais exposta às condições precárias do mercado informal de trabalho e à falta de emprego. Além das dificuldades objetivas da sobrevivência, essa situação abala a imagem do provedor que confere legitimidade ao chefe de família.” (ROSA. 2004, pg.18-19).

A falta de um emprego formal com carteira de trabalho assinada além de acarretar a exclusão a estas pessoas, não as distingue como trabalhadoras, dificultando a reconstrução de seu projeto de vida. Ademais não são reconhecidos como cidadãos por parte da sociedade.

Segundo ROSA (2004) os homens que se encontram em situação de rua, constituem o grupo do subproletariado. Ou seja, seu histórico profissional não se dá em um ofício que tenha se constituído por um processo de aprendizagem ou qualificação. Eles não têm disciplina no trabalho permanente e regular, não têm acesso à saúde e à seguridade social e dependem de instituições públicas e assistenciais. Além de toda privação de acessos, são estigmatizados socialmente com uma imagem negativa, que se dá pelo exercício de atividades pouco valorizadas socialmente.

Para a autora a pessoa em situação de rua fica segregada, discriminada, sem possibilidade de inserção no mercado de trabalho e sem usufruir os bens e serviços básicos. É um desafio constante ascender socialmente na vida.

Capítulo II

2.1 Política de Assistência Social.

Na década de 1980, vários segmentos¹⁶ da sociedade brasileira, incluindo o movimento dos trabalhadores, lutaram pela redemocratização do país e participaram ativamente da constituinte, com uma série de reivindicações e pressões, na expectativa de traçar transformações para a classe trabalhadora.

A mobilização popular acarretou um novo marco para a esfera social e da cidadania, refletidas na promulgação da Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição Cidadã.

A Constituição de 88 assegurou e expandiu os direitos sociais e políticos, garantindo a participação da sociedade civil organizada, prevendo as competências da União, dos Estados e Municípios, entre outros.

A Constituição instaurou um novo sistema de proteção social, no qual destacamos o novo conceito de seguridade social. A Assistência Social como parte da rede de proteção social, atingiu o caráter de política pública. (BEHRING e col., 2007)

A proteção social, que se divide em básica ou especial, deve garantir determinadas seguranças: de sobrevivência (rendimento ou autonomia), de acolhida e de convívio ou vivência familiar. Dentre estas seguranças, discutiremos mais adiante, sobre a segurança de acolhida, que é o foco de nosso trabalho.

Para WANDERLEY (2004) a proteção social é um desafio estabelecido de forma diversa, de acordo com a característica de cada Estado.

A Proteção Social Especial¹⁷ se destina às famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social e às famílias que tiveram seus direitos violados por razões diversas, dentre elas, a situação de rua. Ela também se divide em serviços de alta e média complexidade. O primeiro se destina às famílias e indivíduos com direitos violados, cujos vínculos familiares e sociais não foram rompidos. E o segundo é o contrário, ou seja, os vínculos foram rompidos, garantindo proteção integral: moradia, alimentação, higienização, entre outros.

O artigo 194 da Constituição federal de 1988 se refere à seguridade social que compreende os direitos concernentes à Saúde, Previdência e Assistência Social.

¹⁶ “(...) movimentos sociais, personalidades e partidos políticos com compromissos democráticos que participaram dos grupos de trabalho”.(Behring e col., 2007, p.144).

¹⁷ Política Nacional de Assistência Social - PNAS, 2004.

O Artigo 203 da Constituição assegura o direito à Assistência Social de quem dela necessitar independente de contribuir à seguridade social, ou seja, a assistência não tem caráter contributivo. (BOSCHETTI e col., 2006)

A Assistência Social prevista na Constituição foi regulamentada como direito pela Lei 8.742/93 Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e “efetivada em 1995¹⁸.”

O artigo primeiro da LOAS define Assistência Social como:

“(…) direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.” (CRESS, 2004, pg.80).

Contudo, o benefício garantido pela LOAS está abaixo do que foi estabelecido pela Constituição, como aponta BEHRING e col (2007). As políticas sociais no Estado neoliberal estão baseadas na privatização, focalização e descentralização.

Parafraseando IAMAMOTO (2006) o Neoliberalismo surge para opor-se ao Estado do Bem-Estar Social, estabelecendo o livre mercado e o estado mínimo, ou seja, intervir o mínimo possível nas esferas econômicas e sociais.

Ademais, elas são refreadas pela contenção de gastos sociais por causa do ajuste fiscal, primeiramente para o pagamento da dívida externa YAZBEK (2001) e atualmente, visando o equilíbrio do déficit público interno.

De acordo com BEHRING e col (2007), o princípio da universalização dos direitos direcionado a reduzir as desigualdades econômicas e sociais encontra-se reduzido à *seletividade* e à *distributividade*, orientados por critérios específicos.

Esse princípio norteia a seguridade social provocando uma tensão com o preceito da universalização, conforme assinala as autoras:

“Esse princípio não se refere apenas aos direitos assistenciais, mas também permite tornar seletivos os benefícios das políticas de saúde e de assistência social, numa clara tensão com o princípio da universalidade”.(BEHRING e col, 2007, pg.157).

Este é um dos grandes desafios na contemporaneidade.

¹⁸ BEHRING e col., 2007, p.161

Desafios estes engendrados pela política atual, que conforme aponta YAZBEK (2001) visa apenas suprir as necessidades mínimas das pessoas, incluindo as que estão em situação de rua, que não conseguem sobreviver através do mercado, família ou comunidade.

GIORGETTI (2006) assinala em sua tese de doutorado que a ação do Estado também reflete a postura dos políticos que estão no poder da administração pública em um determinado momento. Essa postura pode ser conservadora, com uma atitude higienista, ou progressista.

No primeiro caso o Estado remove as pessoas das ruas, pois consideram as pessoas em situação de rua uma ameaça à ordem e são considerados vagabundos, assim a possibilidade do Estado ter uma atitude repressora é maior.

E no segundo, os políticos vêem os moradores de rua como trabalhadores e cidadãos de direitos universais e incontestáveis.

Porém a autora ressalta:

“A maioria dos políticos da Câmara jamais elaborou uma lei para beneficiá-los e que os projetos de lei higienistas são extremamente repressivos”.(GIORGETTI, 2006, pg.254).

Tendo em conta essas considerações e apesar dos avanços que as pessoas em situação de rua tiveram pelas suas lutas, conforme abordaremos adiante questionamos se há uma discussão adequada na pauta do poder público, de maneira que esses sujeitos possam de fato, terem oportunidades de (re)construírem seus projetos de vida.

2.2 Lutas pelo reconhecimento da população de rua

As pessoas em situação de rua vêm lutando por seus direitos, protestando quanto à falta de moradia e emprego e aos poucos vêm substituindo a imagem de maloqueiro, mendigo e indigente por sujeitos com direito à cidadania.

As pessoas em situação de rua, não são reconhecidas pelo censo, pois a contagem do número de habitantes é realizada a partir do domicílio. Assim como acontecia com e negros e índios nas estatísticas daquela época, a pessoa em situação de rua nos dias atuais não contém condições ou estatuto de brasileiro para constar nos números do censo. (SPOSATI, 1998).

Não ter o reconhecimento pelo censo nacional é a expressão da não existência, do não pertencimento e do não usufruto dos direitos sociais.

As pessoas que moram na rua, em algum momento de suas vidas, já tiveram um domicílio. A maioria, já passou por determinadas dificuldades, até chegar ao último lugar existente para os mais pobres: a situação limite da vivência nas ruas. (SPOSATI, 1998). Estas pessoas, não nasceram na rua. Elas advêm de lares com vínculos familiares, de empregos formais e o rompimento destes, os levaram a morar nas ruas.

Segundo SPOSATI (1998), o fato das pessoas em situação não serem reconhecidas e consideradas brasileiras, é a maior e menos visível violência sofrida. Para a autora a ausência de um teto para sobreviver é a violência mais explícita, e que acarreta as demais violências como: perseguição policial, o risco de ser assaltado, o preconceito, a fome e o frio.

Apesar de não existirem para os censos e de serem socialmente reconhecidos como população ameaçadora formada por desocupados e desinteressados, em algumas metrópoles, as pessoas que se encontram em situação de rua, se organizam visando a garantia de seus direitos.

Conforme apresenta SPOSATI (1998), um dos exemplos desta manifestação foi o caso da cidade de São Paulo, que conquistou, pela primeira vez na história, uma política pública voltada para as pessoas em situação de rua.

O início da luta pelos direitos da população em situação de rua, se deu no ano de 1993, quando foi elaborada a legislação a partir das tribunas populares, reuniões, com a participação das organizações e da própria população de rua (SPOSATI, 2001).

Neste contexto é importante destacar a participação das pessoas em situação de rua neste processo de luta para garantia de seus direitos como cidadãos, através das manifestações e dos fóruns.

2.2.1 Caminhos da regulamentação da lei

Conforme destaca SPOSATI (2001), em 10 maio de 1994, no Dia de Luta da População de Rua, o projeto foi apresentado ao presidente da câmara vigente. Somente em 1995, após audiências públicas, o projeto foi aprovado por unanimidade pelos vereadores. Porém, em junho do mesmo ano, o direito as pessoas da rua é negado através do veto do Prefeito da cidade Paulo Maluf.

O veto do prefeito gerou insatisfação por parte de todos aqueles que estavam participando da luta. Por sua vez, a insatisfação não desmotivou a população que promoveu uma nova manifestação.

Toda a insatisfação com o veto gerou uma manifestação na Câmara Municipal em maio de 1996, no dia da Luta do povo da rua. Depois de dois anos de luta e manifestações, o veto do prefeito é derrubado e o projeto é sancionado e transformado na Lei nº. 12.316/97. SPOSATI (2001),

Mas para que a luta se desse por vencida, era preciso que a lei fosse regulamentada através do decreto do prefeito, o que não ocorreu.

Conforme apresenta SPOSATI (1999) o prefeito Celso Pitta, ao invés de regulamentar a Lei para que a Política de Acolhida e Atenção à População de Rua fosse implantada, ele autorizou o ajuizamento de uma ação direta de inconstitucionalidade da lei por ter sido originada no Legislativo. Ele argumentava que o Legislativo havia interferido em matéria privativa e desrespeitado a harmonia entre os poderes.

Insatisfeitos e revoltados com a atitude do prefeito de não reconhecer os anos de luta da população de rua, o Fórum das organizações e os próprios moradores solicitam a retirada da ação da inconstitucionalidade e a regulamentação da lei. Porém apenas em 1999, no Dia de luta da População de Rua, o prefeito selou o compromisso de retirar a ação. E em 26/07/1999 foi publicada a decisão do tribunal de Justiça do Estado de São Paulo de desistência e extinção da ação. (SPOSATI 2001).

Após esta ação, o Fórum e a população, construíram uma proposta de regulamentação para que de fato, nossa cidade conseguisse proporcionar acolhida digna a população em situação de rua. E foi em 2001, que a lei é regulamentada pelo decreto 40232. O decreto foi assinado pela prefeita vigente Marta Suplicy, cumprindo com o compromisso que havia sido assumido em maio de 2000, no dia em que se comemora A luta da População de Rua. (SPOSATI, 2001)

Nesse contexto, a autora afirma que, a regulamentação da lei da população de rua, é o reconhecimento aos direitos do povo de rua e das organizações que lutaram e lutam pela dignidade deste segmento excluído, discriminado e marginalizado pela nossa sociedade.

2.2.2 Fóruns: campo de discussões sobre população em situação de rua

Conforme apresenta SILVA (2002), foi a partir dos anos 90, com a democratização do Brasil, que surgiram novas formas de expressão política advindas da sociedade civil.

A autora destaca também, que é através da comunicação e das trocas de experiências entre diferentes organizações sociais, que se criam condições para que os “projetos políticos, espaços e linguagens sejam compartilhados”. (SILVA, 2002, pg. 143).

E foi no durante toda a década de 90 que os fóruns e as comunicações entre as organizações sociais ganham intensidade e relevância no Brasil. (SILVA, 2002)

Dentro desse contexto, O Fórum da População de Rua foi criado, com a iniciativa das Oblatas São Bento. No entanto, tal ação buscava apenas reunir pessoas que se identificavam com as questões voltadas a este segmento.

Na medida em que foram se ampliando as questões sobre as pessoas em situação de rua, foi desencadeando outros fatores que contribuíram para a formação do fórum, dentre eles a visão dessas pessoas como sujeito social e não como objeto de assistência.

O evento mais importante que deu reconhecimento e visibilidade nacional ao segmento foi o *I Seminário Nacional sobre População em Situação de Rua em São Paulo*, organizado pela prefeitura municipal de São Paulo em parceria com Ongs. O

seminário aconteceu em 1992 e foi à primeira vez em que se discutiu inclusive em nível acadêmico o tema.

O critério de participação do Fórum sobre Pessoas em Situação de Rua, desde sua formação, era de reconhecer as pessoas em situação de rua como sujeitos de suas histórias e participantes do processo de transformação de seu destino e do processo social.

A proposta do grupo que iniciou a criação do fórum foi de construir um espaço de trocas e que proporcionasse, sobre tudo, a sociabilização da experiência a partir da realidade e a reflexão política sobre a problemática social. O primeiro encontro do Fórum aconteceu em julho de 1993

Desde sua formação até os dias atuais, os fóruns vêm realizando diversos encontros e tecendo diferentes discussões voltadas ao reconhecimento da população em situação de rua, no qual se tem um espaço de participação para todos.

2.3 Política de Acolhida e Política de Convivência

A Assistência Social tem como função, garantir um padrão básico de condição de vida, fornecendo mínimos sociais ao mesmo tempo dando suporte e cobertura às situações de risco social e vulnerabilidade à população. (SPOSATI, 1997).

Segundo a autora, as pessoas que se encontram em situações vulneráveis, têm que ser assistidas nas situações de risco seja ela invalidez, deficiência, velhice, desemprego, morte, acidente etc. Desta forma, se estabelece o padrão de como cada situação deve ser tratada para garantir a segurança e proteção.

As seguranças de acolhimento e de convívio são uma das cinco seguranças, nas quais se apóiam os cidadãos que estão em situação de risco social.

A política de acolhida não se limita apenas à população de rua, se estendendo à cobertura de várias vulnerabilidades como deficiência, velhice, violência, entre outras situações. Cada situação requer uma cobertura de acolhida diferente. (SPOSATI, 1997). Nesse sentido, a autora revela que a questão do acolhimento se coloca dentro das questões que visam à garantia de dignidade.

O objetivo central da política de acolhida é fornecer habitação substituta nas seguintes situações:

“Apoio e referencia ao abandono; Segurança em situação de impedimento de permanecer na moradia habitual por acidente, risco ou presença de violência, principalmente, crianças, adolescentes, mulheres e a terceira idade; Recolhimento àqueles que foram para as ruas por motivos diversos; Acolhida dos desabrigados face as intempéries principalmente no período de inverno; Convívio para crianças ou pessoas da terceira idade sem apoio familiar; Para as famílias removidas para a liberação de áreas para a instalação de programas habitacionais em projetos viários; Acolhida às pessoas que transitam na cidade em busca ou realização de tratamento médico;” (SPOSATI, 1997, p.57).

Segundo SPOSATI (1997), a política de acolhida vai além do ato de hospedar, de promover serviços de recuperação, reabilitação e retorno à habitação normal. Ou seja, não se trata apenas da substituição da moradia, mas de fornecer condições para que estas pessoas, não fiquem mais na situação de ausência de referência, endereço e abrigo.

Sobretudo, a política de acolhida, tem como objetivo, reduzir os sofrimentos das pessoas que estão em risco social, garantindo sua dignidade e cidadania, evitando que essas pessoas cheguem ao limite da condição humana, ou seja, no “ultimo grau de deterioração da sua condição da vida humana de vida”.(SPOSATI 1997, p.56).

A Política de Assistência Social tem como dever, se ocupar da segurança de convívio. Conforme destaca SPOSATI (1997), as práticas realizadas às pessoas que estão em situação de risco, como o caso da população em situação de rua, voltam-se à criação de núcleos de convivência.

Nos espaços de convivência, é previsto que pessoas que se encontram em situações de risco semelhantes possam criar laços e realizar trocas. O intuito desta proposta é que através das trocas, estas pessoas criem possibilidades para encontrar saídas à sua situação de vida e aos riscos que possam vir a encontrar SPOSATI (1997).

Todos os cidadãos têm o direito a um convívio, seja ele através de identidade no espaço, de propósitos, laços genéticos ou faixa etária, todos visando a reconstrução da identidade, sobretudo resgatando os vínculos sociais e pessoais CARVALHO e col. (1997).

Segundo os autores, esta política não deve ser pensada isoladamente, tendo que haver uma rede de proteção que componha a saúde, a habitação, a educação, entre outras.

2.4 Associação Rede Rua

A Associação Rede Rua foi escolhida para a realização deste trabalho, por se tratar de uma entidade que tem por objetivo trabalhar com a população adulta, acima de 18 anos, que utiliza espaços públicos, como ruas e albergues para sobreviver.

A Associação Rede Rua foi criada em 1991 e desde então vem desenvolvendo projetos com a missão de contribuir para a construção de uma rede de relações e de trabalhos, visando promover o resgate dos direitos sociais e de vida digna da população em situação de rua na cidade de São Paulo.

A Associação Rede Rua contempla uma rede integrada de projetos: Albergue Pousada da Esperança, Núcleo Santo Dias, Refeitório Comunitário e Moradia Provisória.

O Albergue Pousada da Esperança, primeiro serviço de acolhida e orientação, tem a proposta de prestar atendimento a 120 homens em situação de rua, que estão nas mediações de Santo Amaro, região sul de São Paulo. No primeiro momento, são prestados serviços que visam suprir as necessidades imediatas como: higiene, alimentação, guarda de pertences e repouso. Posteriormente, é feito o encaminhamento ao Serviço Social, que dará as orientações necessárias em relação à regularização de documentos, atendimento médico e psicológico.

No Albergue, também é realizado o atendimento de pernoite, que são os usuários não fixos. No total, são destinadas a este atendimento 30 vagas.

No período de 31 de junho a 31 de outubro, a Associação Rede Rua, presta o atendimento de pernoite visando atender a Operação Frentes Frias, que é coordenada pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e subprefeituras. Esta operação faz parte do decreto de nº 42.119, de 19/06/2002, que visa atenção emergencial da Defesa Civil às pessoas em situação de rua quando ocorrem as baixas temperaturas.

O programa de atendimento do Albergue Pousada da Esperança prioriza a construção de um processo de trabalho visando reintegrar seus usuários no mercado de trabalho, na família e na sociedade.

Os usuários da Pousada da Esperança participam da construção da rotina de atividades, das normas de funcionamento e contribuem na preservação do serviço.

Após a primeira etapa de acolhida e orientação o usuário poderá ser encaminhado ao Núcleo de Vivência Santo Dias da Silva ou para outra alternativa de saída das ruas.

Em continuação ao serviço do Albergue Pousada da Esperança, o Núcleo Santo Dias constitui o segundo passo da política de Assistência Social que é o da convivência.

O Núcleo Santo Dias da Silva é um espaço intermediário do processo de inserção social e autonomia dos conviventes entre o Albergue Pousada da Esperança à moradia provisória, pensões, casas alugadas ou retorno à família.

O Núcleo Santo Dias da Silva foi fundado em 2002 e tem como objetivo prestar atendimento a 80 homens em situação de rua. No Núcleo Santo Dias, os usuários têm responsabilidades para com seu funcionamento diário, além de participarem de atividades sócio-educativas, oficinas de geração de renda e de cunho ocupacional, que visam a conquista de direitos de cidadania e autonomia. Suas atividades visam o crescimento pessoal e grupal dos moradores na tentativa de garantir uma estabilidade para que não retornem às ruas.

Para ser encaminhado ao Núcleo Santo Dias, o convivente tem que, sobretudo, manifestar o desejo de sair da condição de rua, além de: ser maior de 18 anos; estar preferencialmente empregado ou subempregado; ter condições financeiras de arcar com despesas pessoais como creme dental, sabonete; não fazer uso de drogas, mas em caso contrário deverá estar em processo de tratamento de dependência química; estar predisposto à convivência e participação em serviços e atividades grupais.

A terceira etapa do serviço de acolhida oferecido pela Associação Rede Rua é viabilizada através da Moradia Provisória.

Este projeto foi fundado em 2003 e tem como proposta oferecer lar para 30 homens, em duas casas, num regime de co-gestão. Os objetivos da Moradia Provisória são: possibilitar o protagonismo e autonomia, estimulando a criação de vínculos pessoais, de autoconfiança e emancipação financeira das pessoas que estão saindo da situação de rua.

A Associação Rede Rua contempla mais dois projetos: Refeitório Comunitário e a Rede Rua de Comunicação.

O Refeitório Comunitário é um núcleo de serviço e convivência que tem como proposta, oferecer cerca de 500 refeições diárias, entre café da manhã, almoço e

jantar. Além do atendimento básico de alimentação, orientado por uma nutricionista, são desenvolvidas atividades sócio-educativas, como palestras, oficinas de artesanato e de comunicação, incluindo rádio, cinema, teatro, leitura, filmes. As atividades são acompanhadas por educadores e voluntários.

O projeto teve início em 2000, fica localizado na região central da cidade de São Paulo e possui convênio com a Prefeitura. A alimentação é preparada por organizações parceiras e servida no refeitório.

Desde os anos de 1980, a Rede de Comunicação documenta e assessora movimentos e organizações sociais e populares. Seus trabalhos estão voltados à produção de vídeos sócio-educativos e documentários, ao registro de fatos e manifestações de interesse social, principalmente da população em situação de rua através de fotografias e ao jornal O Trecheiro, que há 15 anos publica a realidade do povo da rua registrando suas histórias de luta e de esperança.

O mais recente projeto desenvolvido pela Associação Rede Rua é o Hotel Social, resultado da experiência de um projeto piloto realizado de julho a dezembro na qual foram contratadas pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social 300 vagas em três hotéis para moradores de albergues em processo de autonomia.

O hotel que mantém parceria com a Associação Rede Rua é o Hotel Pousada Interlagos, que presta atendimento a 40 usuários. Este projeto é destinado àqueles usuários que já estejam em processo de saída e que tenham um trabalho. Os hóspedes são encaminhados após passar por algum dos projetos da rede assistencial e ser entrevistado pela assistente social do projeto. Segundo as regras do projeto, o usuário tem o prazo de seis meses para organizar sua vida e sair do hotel.

Através dos projetos desenvolvidos pela Associação Rede Rua, a população em situação de rua, tem a possibilidade de usufruir serviços que lhes são garantidos por lei.

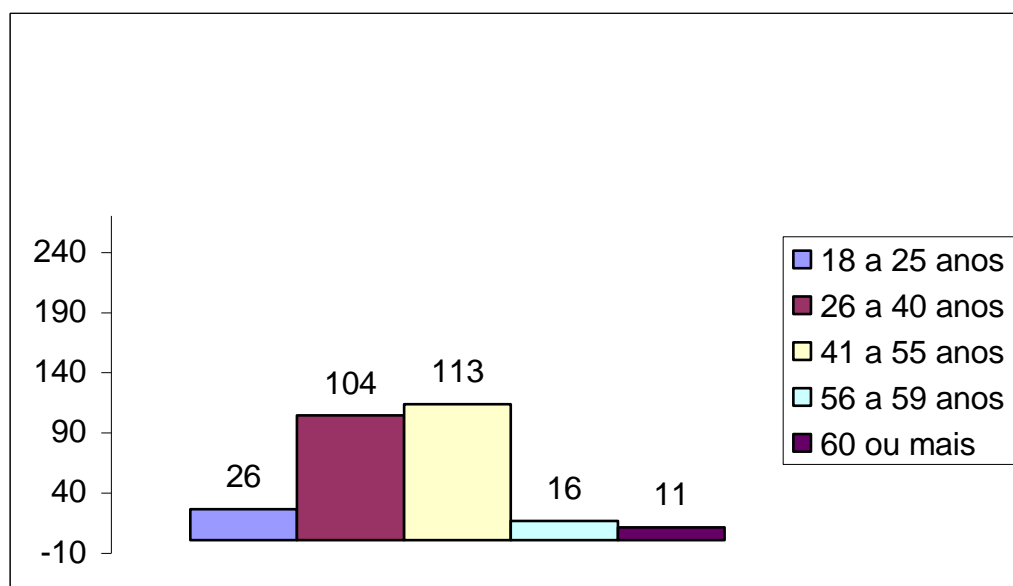
A Associação Rede Rua, por meio de seus projetos não só proporciona moradia provisória e atendimento às necessidades imediatas da população em situação de rua, como fornece através das atividades desenvolvidas, condições para a saída das ruas e a reconstrução de um projeto de vida pessoal.

2.4.1 Universo da Associação Rede Rua.

A seguir, apresentaremos os dados do perfil dos usuários da Associação Rede Rua, que foram adquiridos por meio do SISRUA¹⁹. As informações coletadas possibilitarão conhecer e compreender melhor a realidade do nosso campo de pesquisa.

Contemplaram esta pesquisa, 120 usuários do Albergue Pousada da Esperança, 80 usuários do Núcleo Santo Dias, 30 usuários da Moradia Provisória e 40 usuários do Hotel Pousada Interlagos²⁰ e especificamente no gráfico 2, os usuários que pernoitam no Albergue Pousada da Esperança. A diferença entre os usuários pernoite e os demais usuários da Pousada da Esperança, é que os pernoites não têm cama fixa. Estes estão na fila de espera para obter uma vaga fixa. As vagas de pernoite são destinadas ao atendimento da Operação Frentes Frias.

Gráfico 1: Distribuição dos usuários por faixa etária.
Projetos Associação Rede Rua. Outubro 2007



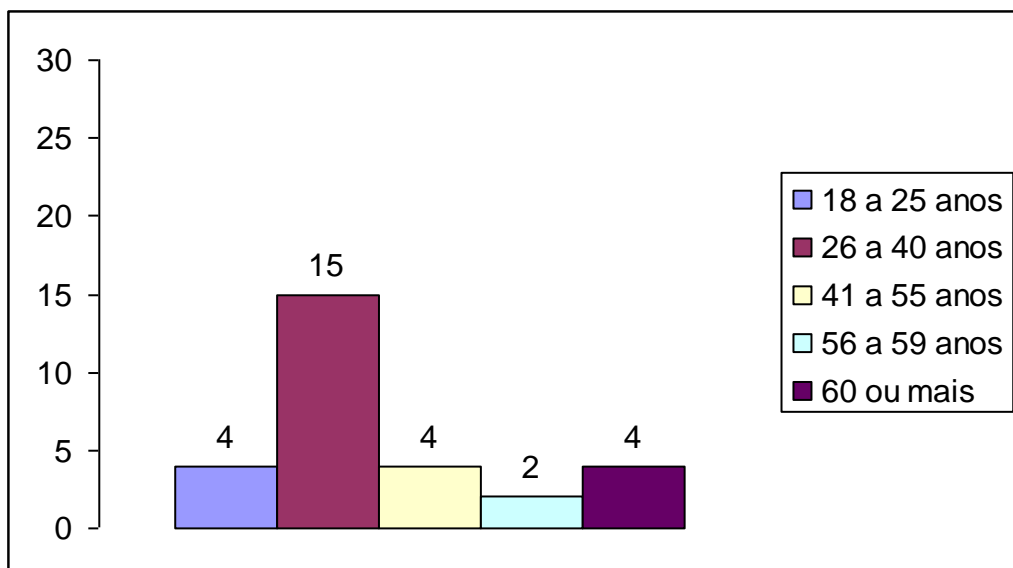
Fonte: SIS RUA - SAS do Município de São Paulo - Ficha social informatizada, dos usuários atendidos, no Sistema de Monitoramento das Pessoas em Situação de Rua.

¹⁹ SAS do Município de São Paulo - Ficha social informatizada, dos usuários atendidos, no Sistema de Monitoramento das Pessoas em Situação de Rua.

²⁰ O Hotel Social teve início após a realização da pesquisa de campo. Assim sendo, este serviço não está incluído em nosso estudo, mas contempla a atual realidade da Associação Rede Rua, conforme os gráficos apresentados.

No universo de 270 usuários atendidos pela Associação Rede Rua, 26 tem entre 18 a 25 anos, 104 tem entre 26 a 40 anos, 113 tem entre 56 a 59 anos e apenas 11 usuários tem 60 anos ou mais.

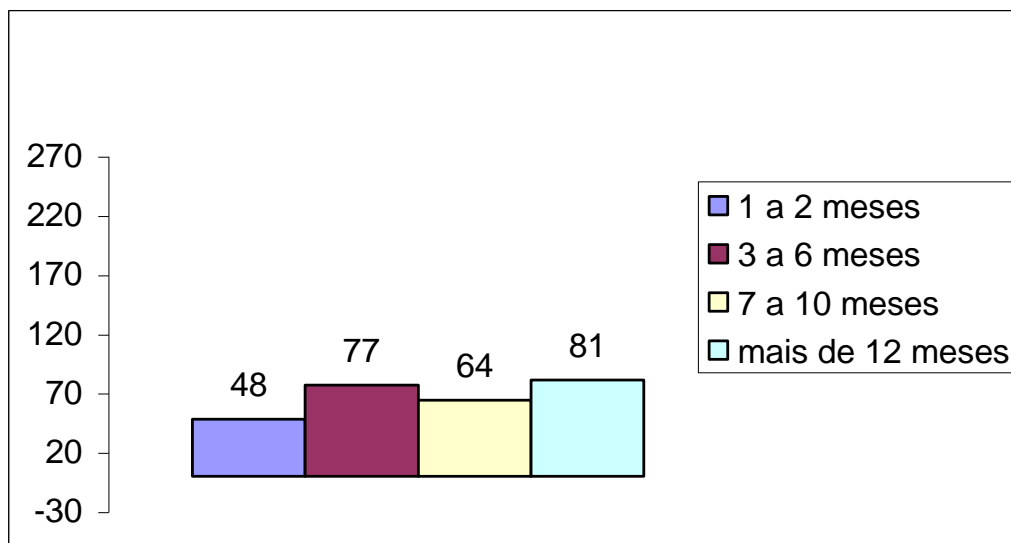
**Gráfico 2: Distribuição dos usuários que pernoitam por faixa etária.
Albergue Pousada da Esperança. Outubro 2007**



Fonte: SIS RUA - SAS do Município de São Paulo - Ficha social informatizada, dos usuários atendidos, no Sistema de Monitoramento das Pessoas em Situação de Rua.

Em relação à idade observamos que a faixa etária predominante está entre 26 a 40 anos. Esta realidade foi constatada na pesquisa realizada pela prefeitura de São Paulo junto com a FIPE em 2003.

Gráfico 3: Distribuição do tempo de convivência nos projetos pelos usuários. Projetos Associação Rede Rua. Outubro 2007



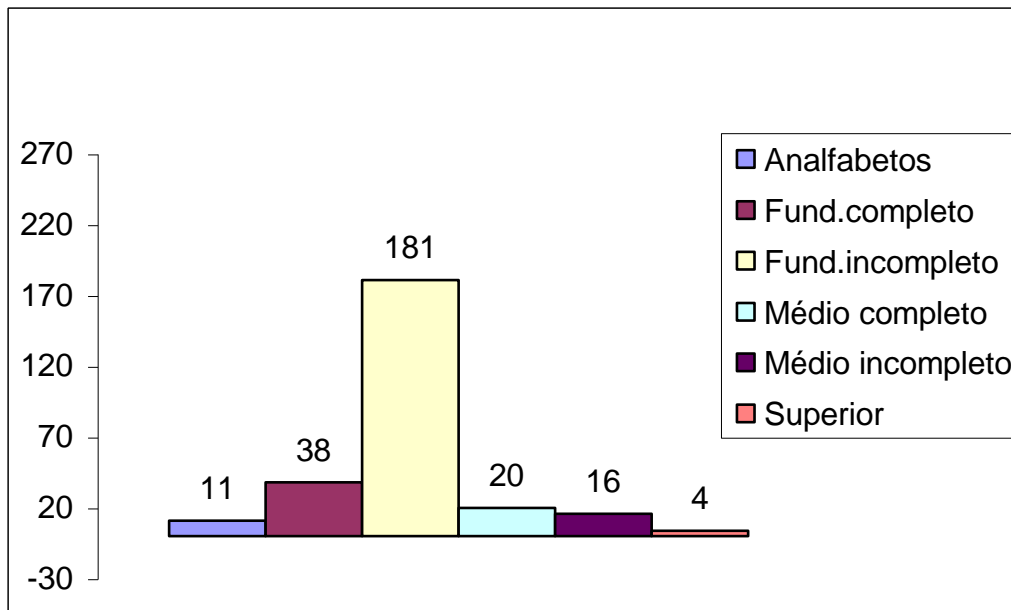
Fonte: SIS RUA - SAS do Município de São Paulo - Ficha social informatizada, dos usuários atendidos, no Sistema de Monitoramento das Pessoas em Situação de Rua.

O tempo de permanência dos usuários nos projetos da Associação Rede Rua está ligado à proposta do projeto de vida de cada pessoa.

Cada usuário estabelece o seu próprio tempo de permanência, que é acompanhado pela Assistente Social do projeto.

Pode-se observar que dos 270 usuários, a maioria está a mais de um ano nos projetos. Neste sentido, é possível perceber que o tempo de construção dos projetos de vida, não ocorre repentinamente.

**Gráfico 4: Distribuição do grau de escolaridade dos usuários.
Projetos Associação Rede Rua. Outubro 2007**



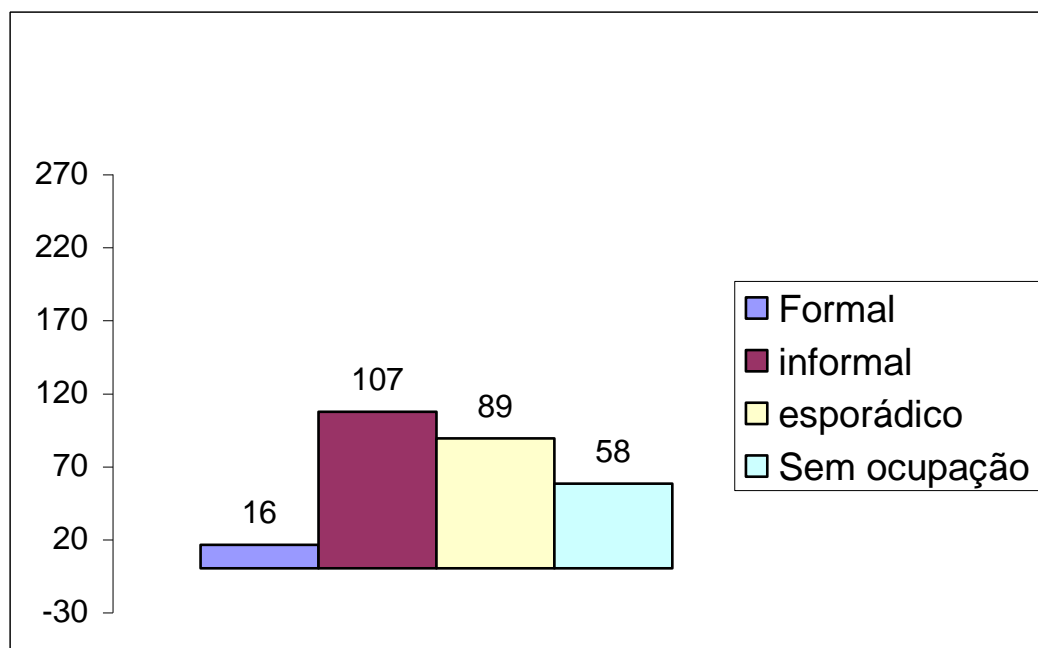
Fonte: SIS RUA - SAS do Município de São Paulo - Ficha social informatizada, dos usuários atendidos, no Sistema de Monitoramento das Pessoas em Situação de Rua.

É possível constatar que dos 270 usuários, 181 tem baixa escolaridade, o que talvez possa explicar a dificuldade de inserção dessas pessoas no mercado de trabalho.

O baixo nível de escolaridade, possivelmente está relacionado às precárias condições de trabalho e a baixa renda pelos quais as pessoas em situação de rua estão submetidas. Os resultados apresentados no gráfico, vão ao encontro com as considerações de IAMAMOTO (2006), quando se refere aos trabalhadores descartáveis, que devido à baixa qualificação profissional são segregados do mercado de trabalho.

Nesse contexto, é possível lembrar que a baixa escolaridade normalmente está relacionada à necessidade de trabalhar, muitas vezes a partir dos 10 anos de idade, para ajudar a família comprometendo os estudos.

**Gráfico 5: Distribuição das formas de ocupação dos usuários.
Projetos Associação Rede Rua. Outubro 2007**



Fonte: SIS RUA - SAS do Município de São Paulo - Ficha social informatizada, dos usuários atendidos, no Sistema de Monitoramento das Pessoas em Situação de Rua.

O gráfico 5, que se refere à ocupação, evidencia a fragilidade em relação aos vínculos com o mercado formal de trabalho. Podemos dizer que este fato está relacionado com o gráfico 4, sobre a escolaridade dos usuários da Rede Rua.

Os resultados obtidos nos gráficos 4 e 5, estão de acordo com as constatações de LIRA (2006), que destaca que os trabalhadores que não atendem às exigências do mercado de trabalho formal, no que se refere à qualificação, estão inseridos no mercado informal, que é caracterizado pelas precariedades e baixas remunerações.

A Associação Rede Rua é uma amostra da realidade das pessoas em situação de rua dependentes da política de acolhida e convivência na cidade de São Paulo.

Contudo, atualmente, a reestruturação do capital, a flexibilização dos contratos de trabalho e o desemprego estrutural estão atingindo a todos os trabalhadores, incluindo aqueles que possuem alta qualificação.

Capítulo III

3.1 O encontro com a realidade dos sujeitos pesquisados

A condição desumana em que vive as pessoas em situação de rua foi o que nos levou a indagar sobre quem são estas pessoas? Como chegam às ruas? Quais são suas necessidades? Que meios utilizam para sobreviver? Como se dá o processo de saída das ruas? Como são considerados, nas relações que mantém em busca da inserção no trabalho, para construir novas relações, para a própria sobrevivência? Quais são seus sonhos e perspectivas?

Como pesquisadoras tivemos a oportunidade de conhecer e participar das reminiscências dos entrevistados, que nos permitiram adentrar em suas vidas através de seus sonhos, frustrações, medos, alegrias, tristezas e esperanças.

Sem um lar, sem trabalho e afastados das famílias, as pessoas em situação de rua, chegam ao limite da pobreza, passando a ser alvos de todo tipo de preconceitos.

Buscamos neste capítulo, através da recuperação das trajetórias individuais, dar voz às pessoas em situação de rua, dada a invisibilidade social que passam a adquirir pela situação em que se encontram. Deste modo, utilizaremos ao longo de nossa análise, os relatos dos sujeitos entrevistados, como complementação de nosso estudo.

Nossa pesquisa define-se metodologicamente como qualitativa. O trabalho de campo foi desenvolvido por meio de um roteiro de entrevista em profundidade. Os instrumentos foram aplicados a seis homens em situação de rua, usuários da Associação Rede Rua, compondo um estudo de caso.

No universo de duzentos e trinta usuários da Associação Rede Rua, coletamos seis relatos. Visando o nosso objetivo de compreender o processo da Associação, desde a chegada até a saída das ruas. Assim, optamos por entrevistar dois usuários do Albergue Pousada da Esperança, início do processo, dois usuários do Núcleo Santo Dias, segunda etapa do processo e dois usuários da Moradia Provisória, última etapa do processo.

Nos relatos, encontramos com a heterogeneidade que compõem este segmento, no que diz respeito à história de vida, aos motivos da chegada às ruas, às formas de sobrevivência e à visão de mundo.

Antes da realização das entrevistas, visitamos o campo de pesquisa para conversarmos com diversos usuários e contarmos um pouco sobre nosso trabalho.

Após a escolha dos critérios da pesquisa (duas entrevistas em cada etapa do projeto da associação), com a ajuda dos funcionários da Associação Rede Rua convidamos algumas pessoas para participar das entrevistas. Nem todas as pessoas convidadas aceitaram o convite, o que talvez possa demonstrar desconforto em falar da sua história, rememorando tantas dores, angústias, perdas, solidão, entre outros.

Aos sujeitos que concederam relatar suas histórias de vida firmamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido garantindo a liberdade de desistirem de participar da pesquisa a qualquer momento sem prejuízo algum para eles.

Como forma de respeito aos sujeitos entrevistados, decidimos preservar suas identidades e utilizamos nomes fictícios.

O primeiro entrevistado a narrar sua trajetória de vida, foi Manoel, usuário do albergue Pousada da Esperança (primeira etapa do processo). Separado, 35 anos nascido e criado em Feira de Santana, na Bahia de onde veio a alguns anos em busca de melhores condições de trabalho e vida. Nos catorze anos que conviveu com sua esposa, ajudou-a na criação dos seus cinco filhos, decorrentes do primeiro casamento. Sempre trabalhou como armador e com estrutura de prédios e desde sua chegada em São Paulo, teve experiências em diversas construtoras. Encontra-se afastado do seu atual trabalho.

Outra história relatada foi a de Sebastião, 41 anos, também usuário do albergue Pousada da Esperança (primeira etapa), nasceu e foi criado no Rio de Janeiro. Por ter que ajudar no sustento de sua família, começou a trabalhar desde a infância, tendo desde esta fase, responsabilidades de adultos. Embora tenha ingressado cedo no mercado de trabalho, relata nunca ter tido problemas com os estudos e expressou sua paixão pela matemática. Sua dedicação em relação à formação profissional contribuiu para que tivesse uma estabilidade financeira, Porém revela que a “compulsão” por jogos acarretou a perda de todo patrimônio construído. Apesar de toda experiência profissional, atualmente encontra-se desempregado. O relacionamento mais duradouro que teve, foi com uma mulher com a qual morou durante três anos. Acredita que quando se separaram, ela estava grávida e não quis falar, para ele não se sentir obrigado a permanecer ao seu lado.

José, 41 anos, usuário do Núcleo Santo Dias (segunda etapa do processo), nascido e criado em São Paulo é outro sujeito desta pesquisa. Iniciou sua carreira profissional como oficce boy e após a realização de alguns cursos, se especializou em projetista mecânico. Após vinte anos de experiência na área, montou sua própria

empresa e foi nesta fase que conheceu a droga. Segundo o entrevistado, foi o que deu uma nova direção a sua vida. A dependência do crack o levou a perder a estabilidade financeira, acarretando sua chegada às ruas. Após alguns anos de vivência nas ruas, conheceu o atendimento de albergue e desde então, sobrevive com o auxílio destes serviços. Relata que há quase três anos está afastado das drogas e que faz tratamento no CAPS. Foi casado durante dois anos e meio e se separou por causa do uso abusivo de álcool.

No dia da realização da entrevista, José comentou que estava feliz por conversar conosco. Tal fato pode ter ocorrido por ele sentir solidão, necessidade de ser ouvido e expressar suas experiências e sentimentos guardados na sua memória.

Outro usuário do Núcleo Santo Dias (segunda etapa) a ser entrevistado, foi o pernambucano Pedro de 38 anos. Portador de deficiência múltipla desde um atropelamento que sofreu no final de 98. Atualmente, está em busca de conseguir seu benefício no INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social). Quando vivia em Pernambuco trabalhava na roça sem registro em carteira e ao chegar a São Paulo, realizou diversas atividades, dentre elas, a de cantor em casas noturnas. Enquanto aguarda o benefício, realiza atividades informais. Separado, relata que o motivo de sua separação foi o fato de beber compulsivamente.

Augusto, usuário da Moradia Provisória (terceira etapa do processo), foi mais um dos narradores desta pesquisa. Paulistano, nascido e criado na capital, está com 40 anos. Seus pais viviam na Bahia e após o agravamento do estado de saúde de seu pai, mudou-se ficando lá durante quatro anos. Após o falecimento de seus pais, retornou à São Paulo para reconstruir sua vida. Neste período encontrou muitas dificuldades, principalmente por não contar com o apoio de nenhum conhecido ou familiar. O fato de ficar durante quatro anos afastado de sua profissão, acarretou também na dificuldade em se inserir no mercado de trabalho.

Thiago, último narrador desta pesquisa, é usuário da Moradia Provisória (terceira etapa). Com 41 anos, relata que é independente desde os 14 anos. Narra sua história e relata estar em situação de rua por gastar mais do que devia. Realizou diversas atividades profissionais e diz que busca estar sempre se qualificando profissionalmente. Foi dono de uma loja de roupas e revela suas atividades e conquistas com orgulho, possivelmente, como a força propulsora de sua luta diária.

Cada narrativa expressa às diversidades de cada vivência, mas ao mesmo tempo, se assemelham ao expor as carências e dificuldades que enfrentam.

Na medida em que realizamos as leituras das entrevistas, e de acordo com nossos objetivos, foram construídos nossos eixos de análise. Tais eixos foram fundamentais para elaboração do capítulo e para uma melhor compreensão da realidade pesquisada.

Ao primeiro eixo de análise desta pesquisa, foi dado o título de “*As possíveis razões de chegar às ruas*”, sendo construído a partir do objetivo geral de nossa pesquisa, que era compreender os motivos, pelos quais algumas pessoas passam a utilizar à rua como moradia.

3.2 As possíveis razões de chegar às ruas

3.2.1 A dependência de álcool, drogas e jogo

Como NASSER (2001), pudemos observar que a situação vivida por estes homens é resultado de um longo processo, constituído por diversas perdas. São homens que perderam seus vínculos familiares e afetivos, o trabalho, a condição de vida e a auto-estima.

Nas entrevistas realizadas, também encontramos o comprometimento com o álcool, drogas e jogo como componentes deste processo. Tais fatores apresentam-se como uma tentativa, talvez, de encontrar sentido para vida, de esquecer as perdas, minimizar o sofrimento, como forma de sociabilização ou disfarçar a fome e o frio. Ou ainda, um modo de anular suas vidas.

Dentre os seis sujeitos entrevistados três disseram que a causa principal da chegada às ruas foi o vício, e cada um dos três entrevistados restantes citaram respectivamente a dificuldade financeira, o conflito familiar e a si próprio como responsável pela situação a que chegou.

No depoimento de José, no que se refere à chegada às ruas, conta que era empresário dedicado e preocupado em se desenvolver profissionalmente. Tinha estabilidade financeira e declara que o que motivo que o levou a utilizar a rua como moradia, foi o vício do crack. Passou por quatro albergues, intercalando com outros tipos de moradia autônoma. Resume o processo que o levou as ruas:

“O motivo para eu procurar o albergue [ir morar nas ruas] foi que eu tinha empresa, um funcionário me ofereceu a droga, o crack e oito meses... No mesmo dia [que eu fiz o uso da droga] eu busquei mais e... em oito meses eu tava morando na rua [...]”.

Outro exemplo da relação do vício com a chegada às ruas pode ser observado no relato de Pedro, que revela que os conflitos familiares eram decorrentes do álcool. Relata que dormiu nas ruas por quase três meses e que já passou por diversos albergues. Descreve sua experiência:

“[...] O que me levou, foi que tive problema com a família. Principalmente com o álcool. Aí, me levou a ficar na rua. Aí, com meus parentes, já não deu mais certo. A bebida tava me destruindo... E o álcool foi o fator forte! Mas o álcool me fez perder muito emprego. Perdi muito por causa do álcool. Ele foi o causador de tudo. Mesmo que a gente tenha problema com a família, mas a bebida não vai resolver. Nem na época que eu cantava em salões, eu era desse jeito”.

Sebastião foi outro entrevistado que apresentou a questão da dependência como fator contribuinte para a chegada às ruas. Antes de utilizar os serviços da Associação Rede Rua, há quatro anos, passou por outro albergue. Relata que por causa da dependência do bingo perdeu tudo o que tinha e chegou às ruas, conforme sua narrativa:

“O que me trouxe aqui no albergue foi nada mais nada menos que o maldito vício do bingo [...] Eu sou um jogador compulsivo: não bebo, não sou muito chegado à bebida. Não uso drogas. Mas, tenho um vício danado em cima do jogo. Então, desde quando eu separei, em 1991, de lá pra cá a única coisa que me apega é o jogo. E tudo o que ganho, normalmente é para o jogo [...]”.

A questão da dependência, evidenciado nos relatos dos sujeitos da pesquisa, é algo que surge nos estudos de autoras que tratam sobre este assunto, como ROSA (2004) e NASSER (2001).

Em relação aos que chegam às ruas devido à dependência, NASSER (2001) considera o lazer transformado em dependência, um fator determinante na vida dessas pessoas, discutindo:

“Quando o ato de beber se realiza no âmbito de tempos opostos e complementares aos do trabalho e da família, era possível considerá-lo como uma atividade de lazer que inseria esses homens no ‘pedaço’, bebendo em companhia de parentes, vizinhos ou colegas de trabalho, no próprio bairro onde moravam e/ou onde trabalhavam. Contudo, transformado em vício, o ato de beber passou a exercer em tempos e em espaços indiscriminados, prescindindo, portanto, de uma ‘rede de relações’ já estabelecida”. (NASSER, 2001, p.200).

ROSA (2005) em sua pesquisa revela que o número de pessoas que consumiam bebidas alcoólicas antes de chegar às ruas é maior dos que adquirem o hábito depois. A autora observa que há relação entre o abuso da bebida, o tempo vivido na rua e o tipo de moradia utilizado. Contudo, estar a mais tempo na rua, não leva necessariamente ao uso de bebida alcoólica e nem deve ser visto como variável condicionante.

Além disso, como já vimos, o álcool tem um significado importante para as pessoas em situação de rua, possivelmente como uma maneira de compartilhar da companhia com os outros que estão na mesma situação. A partir desse compartilhamento, o sujeito não está mais só e a sobrevivência na rua passa a ser coletiva e não mais particular.

Para ROSA (2005) o uso da bebida é intercalado com momentos de abstinência dependendo das conjunturas, dos acontecimentos e dos significados imputados ao início do consumo do álcool. Há diferença de periodicidade e intensidade com que utilizam à bebida.

A partir dos dados colhidos neste estudo, observamos que os momentos de abstinência podem estar relacionados com o encontro de trabalho, ou com a esperança de sair rapidamente da situação de rua, ou por tratamento de saúde. Enfim, são diversas as possibilidades que podem justificar os períodos de abstinência e de intensidade do uso do álcool e drogas.

3.2.2 A dificuldade de se inserir no mercado de trabalho

Os estudos realizados por ROSA (2005), entre as décadas de 70 e 90, constataram que trajetórias individuais e sociais de pessoas em situação de rua tenham relação com processos econômicos e sociais ligados ao trabalho e à família.

Entre os anos 70 e 80 no Brasil ocorreu a migração de trabalhadores rurais para os grandes centros urbanos em busca de melhores condições de vida através do trabalho.

Na década de 90, a política econômica vigente, o avanço tecnológico e as mudanças no processo de trabalho, culminaram na precarização do trabalho. Como consequência ocorreu a expulsão dos trabalhadores do mercado formal. Tal processo, segundo a autora, levou muitos desses trabalhadores a utilizarem a rua como espaço de moradia e sobrevivência, como última alternativa de vida.

Nesse sentido, a perda e a falta de trabalho são também elementos importantes para a chegada das pessoas à rua.

A questão da falta de trabalho emerge em um depoimento, no que se refere à chegada às ruas.

No relato de Augusto observamos que a chegada às ruas foi o resultado de um processo, que incluiu a perda da estabilidade financeira devido aos gastos com o tratamento de saúde dos pais. Com o falecimento dos pais Augusto decide retornar para São Paulo.

Quando chegou a São Paulo estava sozinho, sem apoio e encontrou dificuldade de reingressar no mercado de trabalho.

Todos estes fatos contribuíram para Augusto tornar-se uma pessoa em situação de rua.

Durante a entrevista, referiu o amor e o devotamento às pessoas que mais amou na vida. Ele não conseguia dormir sem antes falar com eles quando ele ainda morava em São Paulo e os pais na Bahia.

Para nós pesquisadoras ficou clara a importância da família na vida de Augusto e isso se reflete quando sugere que nos albergues deveria ter um trabalho voltado para a reconstrução dos vínculos familiares.

Augusto dormiu durante uma semana nas ruas e não passou por outros albergues. Faz o relato de sua experiência:

“[...] Passei quatro anos convivendo [com meus pais]... Sabe, fui fazendo de tudo para ver se conseguia ajudar a salvar a vida de meu pai. Infelizmente, eu não consegui. Gastei tudo o que eu tinha, vendi tudo o que eu tinha. E dois meses depois, minha mãe faleceu e, eu me vi de repente, lá em outro Estado. Num lugar que eu mal conhecia, sem eira nem beira. Como minha vida foi feita toda aqui, eu resolvi voltar. E como eu não encontrei, assim, nenhum tipo de apoio aqui quando eu voltei, eu resolvi me virar [...]”.

3.2.3 Ruptura de vínculos familiares

No depoimento de Manoel ficou evidenciada a relação entre a ruptura de vínculos familiares com a chegada às ruas. Ficou casado por 14 anos e está separado a três meses.

Longe da mulher e dos filhos lembrou com lágrimas nos olhos os momentos felizes que passaram juntos. Manoel demonstrou sensibilidade e o quanto sofreu e ainda sofre por causa da separação de sua família, conforme relata:

“[o que me levou a ir morar nas ruas foi a] Separação de família... Não foi por escolha estar aqui no albergue”. Foi péssimo [ir para as ruas], porque eu tinha acabado de me separar da minha esposa. Eu com aquele pensamento nela, dormindo no meio da rua, dormindo no albergue [...]. Sofri pela falta da minha mulher, sofri muito”.

Num determinado momento da entrevista, referiu se sentir inseguro em reatar com a mulher, talvez por medo de ser rejeitado pela família devido à situação em que se encontra.

De acordo com ROSA (2005) as pessoas que estão a pouco tempo na rua sentem vergonha dessa situação e acabam escondendo da família e os que mantêm contato por telefone, mentem para elas. Dizem que estão fazendo bicos e moram em quarto de pensão. Ou então, como Manoel, preferem manter-se afastado da família.

Manoel passou por três albergues até chegar no albergue Pousada da Esperança, dois em São Paulo e um em Santos e relata nunca ter dormido na rua.

3.2.4 De quem é a responsabilidade?

Thiago foi o único que apresentou, em sua narrativa, a sua responsabilidade como motivo de chegada às ruas. Segundo o entrevistado, gastou todo o seu dinheiro e com isso, perdeu sua instabilidade financeira. Observamos que seu relato deixa evidente que assume sua responsabilidade pela situação em que se encontra. Dormiu apenas por duas noites nas ruas e não passou por nenhum outro albergue, além da Associação Rede Rua. Assim, conta:

“Vários fatores: vamos dizer até foi um pouco de relaxo. [...]. Então, isso não é questão que vai me apertar, que me apertou. Foi até um pouco comodismo. Na realidade, acabei deixando me levar. Gastando dinheiro pra cá... gastando dinheiro pra lá... Entende? Acabei esquecendo da responsabilidade. Que a vida é de continuidade. Um dia após o outro. Foi o que me levou a isso aí [a estar na rua]...”

No relato de Thiago notamos a presença, como consequência da ideologia dominante como um instrumento utilizado para o controle social, no sentido das pessoas dominadas “adaptando-se à ordem vigente”. IAMAMOTO (2004: p.108)

São trajetórias que revelam diferentes situações, as quais resultam em semelhantes consequências, como a utilização da rua como moradia.

3.3 A trajetória vivida na Associação Rede Rua

“A representação do albergue não é a de casa, mas sim de substituição da casa ausente”. (NASSER , 2001, pg.126).

Pudemos observar que a Associação Rede Rua é uma instituição que compõem diferentes níveis de atendimento, compostos pela Pousada da Esperança, Núcleo Santo Dias e Moradia Provisória e o Hotel Social. Há características

específicas de cada um dos locais que abordaremos a seguir, exceto o Hotel Social, pois não foi considerado como campo de pesquisa.

3.3.1 Albergue Pousada da Esperança

Para Sebastião já na entrada do albergue, os usuários passam por constrangimento ao ficarem expostos, na fila. Ele considera “vergonhoso” e “humilhante” estar nesta situação uma vez que ele sempre foi independente e “dono de seu próprio nariz”.

“Desde pequeno eu fui dono do meu próprio nariz. Eu nunca pedi nada para os meus pais custeava as minhas despesas. Agora tu, imagina! Uma pessoa que vem desde infância, sempre foi dono de si próprio, de repente, se encontra numa dificuldade [...]. Para mim, estar aqui, é humilhante demais! Eu tenho vergonha de falar onde estou! Minha auto-estima é baixa. Se depender de mim, eu entrava direto pra ninguém em ver lá fora [...]. É assim sabe, degradante! Uma coisa assim... terrível! Para mim, é o fim do mundo!”

Ao contrario de Sebastião, Manoel não demonstra vergonha por utilizar os serviços da Rede Rua e expressa gratidão e respeito pelos funcionários. Ao mencionar a esperança de sair do albergue, observamos a dificuldade de lidar com suas expectativas de saída da situação de rua, pela realidade que se contrapõem. Relata que apesar de gostar do atendimento que recebe, pretende sair assim que possível:

“No caso, eu vim por precisão [...]. Então, eu tive de vir procurar um abrigo aqui. E gosto mesmo, daqui. Não vou mentir. Gosto do atendimento do pessoal. Eles me atendem bem, graças a Deus. Mas não pretendo ficar muito tempo”.

De acordo com ROSA (2004) apesar da vergonha, dos estigmas, das insatisfações, parte das pessoas em situação de rua recorre às instituições para

suprirem suas necessidades básicas de alimentação, repouso, higiene e guarda de pertences.

3.3.2 Núcleo Santo Dias

José está há três meses utilizando os serviços da Rede Rua. Passou uma semana na Pousada e logo foi transferido para o Núcleo Santo Dias, segunda etapa do processo da Rede Rua. Provavelmente a mudança do albergue para o Núcleo proporcionou a José, uma melhor condição de relacionamento com os demais usuários, por beberem menos e trabalharem. Ele declara que no Núcleo há mais organização e existem outras atividades de que pode participar, como a informática.

“[...] Fiquei uma semana na Pousada da Esperança, mas o pessoal lá da Pousada, é muito estressado: bebem muito, arrumam encrenca por qualquer coisa e eu não dou para isso. Por essas coisas aí, eu escolhi vir para cá. Aqui é muito bom, sabe? Os funcionários daqui são excelentes, organizados e têm informática para a gente aprender [...].”

Ao comparar a Rede Rua com outros albergues, pelos quais já passou, José demonstra carinho e respeito pelos funcionários, quando diz que eles são mais humanos.

Outro usuário do Núcleo a ser entrevistado, foi Pedro, que de maneira diferente, por ter muitos conhecidos, foi direto da rua para o Núcleo. Refere preferir ficar na rua a ir para outros albergues que já conheceu. Esta preferência é produto das experiências vivenciadas quando se sentiu humilhado pelos funcionários, além de relatar a falta de segurança do local.

Fala sobre a maneira respeitosa com que tem sido tratado pelos funcionários e pelas pessoas devido ao seu bom comportamento e por andar limpo.

“Eu vim direto para o Núcleo. Como eu já tenho conhecimento de pessoas, fui encaminhado [direto para o Núcleo] [...] Eu vim direto, porque sou muito conhecido. Eles me conheciam, já sabem do meu comportamento e tudo bem. Eu to aí! Também,

porque eu falei para eles, que se fosse para eu ir para Pousada da Esperança, eu preferia ficar na rua, ficar dormindo onde eu estava. Porque, na verdade, tem lugares na rua que é mais seguro do que certos albergues”.

Pedro, do mesmo modo que Sebastião revela seu constrangimento ao permanecer em filas dos albergues e em locais de distribuição de comida.

“Às vezes você está em um lugar, numa fila para pegar uma comida e passa aquele ônibus lotado. Todo mundo vê o que é [o local]. Aí, às vezes estou na fila do albergue, passa o pessoal e fica tudo olhando. Aqui [se refere ao Núcleo] é bom, porque não tem placa na frente, pelo menos isso, ninguém vê, não sabe o que é. Se é um albergue ou se é uma pensão”.

De acordo com seu relato torna-se possível perceber que a rejeição pelo albergue vai além da questão institucional, na medida em que refere à vergonha que sente ao estar na fila de entrada do mesmo. Por isso considera o Núcleo um bom lugar por não haver nenhum tipo de placa identificando que é um serviço destinado às pessoas em situação de rua.

Os sujeitos entrevistados consideram o Núcleo um lugar melhor organizado e de convivência por causa das especificidades apresentadas.

Observamos como é importantes o atendimento com respeito nas instituições para as pessoas em situação de rua, principalmente por estarem numa situação fragilizada, tanto socioeconômica, como social e mesmo física.

3.3.3 Moradia Provisória

Os dois últimos sujeitos da pesquisa a relatar sua trajetória na Associação Rede Rua, passaram pelas duas etapas anteriores (Pousada da Esperança e Núcleo Santo Dias) e atualmente, estão na última etapa do processo, ou seja, na Moradia Provisória.

Thiago e Augusto relatam as diferentes vivências que tiveram em cada etapa do processo.

Thiago revela que em cada local existe um tipo de convivência e é estabelecido por regras institucionais.

“[...] Todo mundo que chega a está casa, né... Elas [os usuários] passam por certo tipo de processo. Passar do albergue para o núcleo, passando núcleo para moradia provisória. Cada local que a gente passa, é uma convivência totalmente diferente. Mas, você não tem totalmente a sua liberdade. Você tá diante de regras. Aqui, estão pessoas que realmente querem trabalhar e ter uma vida totalmente independente [...]”.

Thiago observa que há necessidade de regras para convívio, as quais aprova.

Thiago entende que as pessoas que chegam à Moradia Provisória, a última etapa do processo da Associação Rede Rua, são sujeitos que demonstram maior empenho em mudar sua condição de vida.

Augusto aponta as diferentes características de cada etapa do processo vivenciado por ele. Acredita que o que diferencia o Núcleo da Pousada são as melhores condições de higiene e as oportunidades que surgem. Ele diz que a convivência na Moradia Provisória é totalmente diferente dos demais locais, não só pelo fato de ser uma casa e não ter uma placa de identificação, mas por demandar responsabilidades de uma casa normal, como cuidar dos afazeres domésticos, da alimentação e conviver com os demais usuários como se fossem de sua família.

“[...] Porque é um espaço muito bom esse lugar. Principalmente para você ter mais tranquilidade, para começar a pensar na sua saída. Sabe? A chegar a um objetivo final, que é a independência”.

A pesquisa realizada por nós revelou a provável necessidade de reconstruir os vínculos afetivos, devido à importância depositada na instituição familiar e pela necessidade de trocar afetos, experiências, crenças e sonhos.

A importância da Associação Rede Rua na vida dessas pessoas emerge como possibilidade de conseguir vislumbrar um projeto de vida.

Contudo, através dos relatos percebemos a rejeição pela Pousada da Esperança tanto pelas regras institucionais que privam a liberdade como em relação aos demais usuários, pois nas entrevistas expressam o uso abusivo de álcool e os freqüentes desentendimentos entre eles.

Os relatos encontrados nesta pesquisa vão ao encontro das considerações de NASSER (2001) quando refere que apesar dos usuários de albergue saberem que têm problemas com o trabalho, família, dependência química, eles reconhecem a manifestação da questão social, mas querem ocultar que são vítimas dela e insistem em dizer que estão no albergue de passagem, até resolverem o problema com a falta de emprego ou documentação.

De acordo com os sujeitos pesquisados percebemos que ao mesmo tempo em que a Rede Rua tem papel significativo para eles, estar vivendo em albergue traz o peso do fracasso, da discriminação e da vergonha.

Observamos que esses fatores, talvez possam justificar a negação que fazem pela sua situação para a sociedade e para sua família.

3.4 A condição de ser pessoa em situação de rua

Muitas das pessoas que chegam às ruas não se identificam com os moradores de rua. Consideram eles próprios pessoas em situação de rua as pessoas que não gostam do trabalho. Já carregam estigmas, baseados em valores estabelecidos pela sociedade. (VIEIRA, BEZERRA & ROSA, 2004). Os estigmas nesse contexto são entendidos como forma de rotular pessoas que estão em situação de rua, fundamentados no pensamento ideológico dominante.

A ideologia dominante para IAMAMOTO (2004) engendra a visão de uma classe sobre a outra ou de uma classe sobre ela mesma. Ademais, ela tem como função escamotear as contradições e amenizar os conflitos entre as classes, tentando criar um consenso entre opressores e oprimidos.

Essa ideologia é vivível em nosso estudo, a partir do momento em que, metade dos sujeitos pesquisados por nós não se considera pessoas em situação de rua e suas falas revelam esses valores. Conforme Sebastião, Manoel e Thiago.

Para Sebastião não existem pessoas em situação de rua.

“Acho que não existe bem um morador de rua. Há pessoas em situações de dor momentaneamente. Então, no meu caso, eu não me considero pessoa em situação de rua [...]”.

Manoel também não se considera pessoa em situação de rua.

“Posso ser realista? Não! Por que eu tenho minha meta. E eu vou vencer. E a minha meta, é sair daqui. Daqui há um mês ainda, na hora que eu receber o dinheiro lá da firma, vou dar lugar para outro que está precisando. E, vou alugar minha casa [...]”.

Thiago acredita que não existe diferença entre as pessoas que estão dormindo na rua e os usuários da Associação Rede Rua. Em seu relato observamos o quanto seus valores são consequência da ideologia dominante quando diz que as pessoas estão numa situação difícil por falta de vontade e interesse. Também se refere à falta de oportunidade como algo que deve ser conquistada pelo próprio sujeito e não propiciada pelo Estado e nem pela sociedade.

“[...] Às vezes numa situação você está na rua. Isso serve de lição, para o dia de amanhã. Não tem tanta diferença entre um morador de rua e quem está numa casa, e que está passando por uma situação difícil. Qual é a diferença daquele que está lá fora? [na rua]”.

De acordo com os três relatos a seguir, pudemos perceber que os sujeitos entrevistados se consideram pessoas em situação de rua, possivelmente, por dependerem dos serviços públicos e institucionais.

Um dos entrevistados que se considerou pessoa em situação de rua, foi José. Justifica tal afirmação ao relatar que não tem condições financeiras de se manter sozinho e por não obter ajuda dos familiares, ou seja, uma dependência em relação aos serviços públicos.

“Sim, sem dúvida [me considero pessoa em situação de rua]. Porque eu já tentei muito morar sozinho, num quartinho. Eu não tenho a ajuda dos meus irmãos, nessa parte e não tenho trabalho. Eu me sinto, morador de rua [...]”.

Outro sujeito de pesquisa que se considera pessoa em situação de rua é Pedro, pois ele relata que se vencer o tempo de permanência estipulado pela instituição e ele não tiver condições de alugar um quarto, irá voltar às ruas.

“Eu me considero um morador de rua sim. Porque, se eu sair do núcleo e ir para a pousada, e vencer meu tempo na pousada, e eu não conseguir arrumar nada para alugar, um quarto para morar, eu vou voltar para a rua”.

Augusto é o último entrevistado e que se considera pessoa em situação de rua, pelo fato de estar vivendo o processo da Rede Rua, ou seja, dependendo da política de acolhida.

“Ainda, sim! [me considero uma pessoa em situação de rua]. Porque eu ainda estou vivendo o processo da Associação Rede Rua”.

Nas narrativas dos sujeitos entrevistados, ficou evidente a possível relação entre a dependência pelos serviços públicos e a identificação com o segmento pessoas em situação de rua.

O próximo eixo a ser apresentado, foi construído buscando conhecer os meios utilizados por essas pessoas para sobreviver e reconstruir seus projetos de vida. Além da acolhida prestada pela Associação Rede Rua, o trabalho apresenta-se como um fator importante para luta pela sobrevivência, conforme veremos a seguir.

3.5 Meios de sobreviver na rua

As pessoas em situação de rua sobrevivem, em larga medida, através de trabalhos precários e irregulares. É um processo que de acordo com ROSA (2005) torna-se mais difícil à proporção que aumenta o tempo de rua. De forma geral, o indivíduo vai sofrendo um processo de depauperamento físico e mental em função da má alimentação, das precárias condições de higiene e pelo uso constante de álcool para amenizar a fome, o sofrimento, ou seja, sua dura realidade.

As entrevistas realizadas nessa pesquisa confirmam as considerações da autora supracitada. As atividades de trabalho desenvolvidas variam, sendo a maioria informal e mal remuneradas, instáveis, dificultando a realização imediata de suas perspectivas.

Dos seis sujeitos entrevistados, Sebastião é o único está desempregado. Ele perdeu seu último emprego por causa do jogo e diz não gostar de receber ordens, em especial quando não concorda, se ele acredita não ser justa. Sebastião nos pareceu ser uma pessoa muito justa e preocupada com o próximo.

“[...] Eu vou ser bem sincero contigo. Uma das culpas desse emprego que eu perdi, foi o jogo, também, a maior parte, foi porque eu não gosto de receber ordem [...]”.

Atualmente Sebastião aguarda receber os seus direitos, relacionados ao último emprego, para poder voltar para sua casa em Cabo Frio, no estado do Rio de Janeiro. , conforme relata abaixo:

“Esse último, que eu saí agora. Estou esperando um dinheirinho que eu tenho para receber. Eu já entrei com intenção de sair, já entrei com data de saída. Então, só entrei para pegar um dinheirinho para ir para o Rio e não chegar em casa sem nada [...]”.

Pudemos observar que para Sebastião o trabalho é fundamental em sua vida e relata ficar doente quando fica sem trabalho. Nós notamos que, talvez, para ele o

trabalho tenha valor central em sua vida e o ajuda a superar as dificuldades tanto materiais como emocionais, de acordo com sua narrativa:

“É o trabalho sempre me ajudou a superar qualquer tipo de dificuldade [...]. [...] O meu trabalho é fundamental, eu fico sem trabalhar, eu fico doente”.

Apenas dois sujeitos pesquisados revelaram trabalhar com registro em carteira.

Thiago foi o que apresentou melhores condições financeiras em comparação com os demais. Apesar de ter diversas profissões, hoje exerce a função de encarregado em uma empresa de construção civil.

“Hoje, eu sou encarregado de uma empresa de construção civil. A gente faz o serviço diretamente com a prefeitura”.

Manoel, outro sujeito que está no mercado formal, relata que trabalha em uma construção, porém, encontra-se afastado há quinze dias, porque discutiu com o irmão.

“Eu trabalho com desenho [estrutura de prédio]. Ele [o patrão] que me chamou para ir trabalhar lá. Então, tive um problema com meu irmão, discuti com ele e eu não fui mais lá trabalhar. [mostra a carteira de trabalho]”.

A história de Manoel está associada às condições precárias de vida e de trabalho mescladas com desentendimentos, brigas e separações. Como ocorreu com a esposa e o irmão.

Neste sentido, observamos uma possível instabilidade de sua situação devido ao conflito familiar e às questões subjetivas do sujeito com relação aos seus sentimentos e dificuldade de lidar com eles.

ROSA (2004) refere em seu estudo, que os vínculos afetivos rompidos já são elaborados do ponto de vista psicológico. Assim, acreditamos na necessidade de realização de trabalhos interdisciplinares para compreendermos melhor a complexidade da questão.

Nosso estudo revelou a importância do trabalho informal como forma de sobrevivência na vida das pessoas em situação de rua.

José, dentre os três sujeitos que realizam trabalho informal, vende panos de prato e quando possível, realiza serviço de pintura, conforme nos conta:

“Então vou vender pano de prato, quinta e sexta. No sábado estou arreventado, né! Sábado eu tenho que quebrar parede, fazer um monte de coisa lá [local onde está realizando um trabalho como pintor]. Então, eu quero descansar”.

É possível perceber que a realização de atividades informais e mal remuneradas dificulta José conseguir morar em uma pensão ou alugar uma moradia.

Pudemos observar a mesma dificuldade nos relatos de Pedro. A única fonte de renda que possui é adquirida através de bicos com baixa remuneração.

“Faço bico entregando panfleto. [...] Eu não pego ônibus. Eu ganho um trocado. Dá negocio de R\$ 10,00 reais por dia. Às vezes, quando está chovendo, eu não vou”.

Augusto, como os dois últimos sujeitos citados, realiza trabalho informal. Antes de chegar às ruas trabalhava como metalúrgico, mas como ficou muito tempo afastado dessa área, não conseguiu mais voltar a exercer sua profissão.

Nos dias atuais Augusto entrega materiais de construção e apesar de seu trabalho ser informal e ganhar razoavelmente, ele aparenta gostar do seu trabalho. Diz que está há um ano neste emprego:

“Eu trabalho com caminhão, entrega de materiais de construção. Dá para ganhar um dinheiro razoável. Eu já venho trabalhando com isso faz um ano”.

Apesar da maioria dos sujeitos pesquisados trabalharem no mercado formal ou informal ainda não conseguiram se estabelecer economicamente, de modo que continuam a utilizar os serviços da Associação Rede Rua.

Dos seis sujeitos entrevistados, três deles relatam que não têm mais oportunidades profissionais por causa da idade. Conforme apontam:

“[...] Eu estou com 46 anos, não trabalho mais em empresa. Vinte e cinco anos de projeto e de experiência! Eu não tenho mais oportunidade e com essa idade ninguém pega mais”. (José).

“Hoje infelizmente no mercado de trabalho se a pessoa tem experiência já não pega porque é velha. Porque nesse país você só pode se aposentar depois 65 anos, mas aos 40 anos as próprias empresas te aposentam. Eu estou com 41 anos de idade, eu tenho procurado emprego e normalmente eles falam a mesma coisa pra mim: Quantos anos você tem? [Quando ele diz] 41, [eles falam]: Ah! Tá, vamos ver”. (Sebastião).

Os dois depoimentos coletados revelam a questão da idade, como relevante fator, que dificulta a inserção no mercado formal de trabalho, assim como apontou NASSER (2001) em seu estudo.

A dificuldade das pessoas em situação de rua ascender profissionalmente, relatada por ROSA (2005), ocorre devido à intensa alternância das atividades profissionais, fazendo com que vivam numa constante instabilidade financeira e de vida.

Observamos que para os sujeitos de nossa pesquisa, a informalidade apresenta uma possibilidade de sobrevivência e de saída das ruas. Por outro lado, estão submetidos à precariedade, às inseguranças da renda instável e à ausência de direitos trabalhistas.

3.6 A difícil convivência

Muitos albergados não se identificam entre si. Cremos que a causa disso possa ser o estigma de acomodados e de ex-alcoolatras que carregam, ou seja, se distinguem do outro para não se assemelhar com aqueles que bebem e por se

considerarem no caminho de saída para uma vida autônoma. (NASSER, 2001).

Através dos relatos dos entrevistados neste estudo percebemos a distinção que eles fazem uns com os outros, principalmente em relação aos usuários da Pousada da Esperança. Contudo, uns são mais sutis e outros falam mais declaradamente.

Na visão dos sujeitos entrevistados o albergue Pousada da Esperança é um local de maior tensão devido ao grande índice de pessoas que abusam de álcool, de drogas e brigam entre si.

Manoel faz a diferenciação entre os diversos usuários da Pousada da Esperança e acredita que o sofrimento faz com que muitos se entreguem e se acomodem. Relata que existem muitos deles que estão tentando mudar sua situação e deixar a vaga para outros que precisam. Ele se inclui neste grupo. Observamos que Manoel a todo o momento quer nos mostrar sua força de vontade em sair da Pousada para sua própria casa.

“[...] Tem uns aí que estão acomodados e têm outros que não. Estão tentando fazer o que eu estou fazendo. Sair e deixar também vaga para outras pessoas que estão precisando. Aqui a realidade é essa, é muito sofrimento. Quem passou [pelo sofrimento] tenta se acomodar naquele sofrimento e muitos se entregam. [...]”.

Outro sujeito a apresentar seu ponto de vista em relação aos demais usuários é Sebastião. Acredita que muitos estão acomodados e outros precisam de incentivo. Em nenhum momento se identifica com os demais usuários. Contudo, fala deles com respeito. Observamos que o fato dele ter trabalhado em uma instituição que acolhe pessoas em situação de rua, pode ter dado a ele uma maior compreensão dos usuários desse tipo de serviço.

“[...] Aqui tem muita gente que realmente está acomodado, está no fim do poço. Para ela o mundo acabou, ela está só esperando a morte. Mas tem muita gente aqui que está precisando apenas de um empurrão, não só aqui como nas outras casas também [...]”.

Os relatos reforçam a todo o momento a distinção entre eles: trabalhadores desempregados ou no mercado informal, com aqueles que não conseguiram retomar a vida anterior, ou seja, aqueles que devido ao sofrimento e ao comodismo, não conseguiram refazer seu projeto de vida.

José diz que não discrimina os demais, porém procura se manter afastado, porque o tipo de conversa que eles cultivam não é viável para si. As conversas dos usuários não trazem perspectiva de melhoria de condição de vida, e isso não agrega nada para ele.

José faz referência àqueles que passam o dia utilizando drogas e como está em tratamento, não mantém vínculos com estas pessoas. Considera as pessoas boas, aquelas que trabalham e não se envolvem com drogas.

“Não discrimino ninguém, todo mundo é ser humano. [...] Tem pessoas boas, mas as pessoas boas são as que trabalham. As [pessoas] que não trabalham andam o dia inteiro por ai, e usam drogas. E fica difícil fazer uma análise deles. Eu fico de outro lado, eu não fico junto com eles [...]”.

Conforme refere NASSER (2001), apesar das pessoas em situação de rua estarem utilizando o mesmo espaço institucional e apresentarem trajetórias semelhantes, eles não se identificam entre si, devido aos estigmas que carregam: [ex]alcoólatras, [ex]viciados, bandidos, entre outros.

Outro entrevistado é Pedro que se diferencia dos demais e diz não estar preocupado com eles, pois para ele cada um deve fazer a sua parte. Em seu ponto de vista, existem muitos usuários que não gostam nem de ouvir falar em trabalho, porque se sentem ofendidos.

Neste sentido, observamos em Pedro, a possível introjeção da ideologia dominante, ou seja, ele talvez não perceba que as pessoas em situação de rua sofrem a quebra dos vínculos com o trabalho e que estes, podem muitas vezes, necessitar de um processo para reconstruir seu projeto de vida.

Segundo ROSA (2005), na reconstrução de vida, conseguir um trabalho também significa recuperar a dignidade, o respeito próprio e a auto-estima.

Esta possível falta de percepção de Pedro influencia seu modo de pensar, deixando para que cada um busque suas oportunidades para sair da condição em

que se encontram, conforme relata:

“Acostumou a viver nessa vida [refere-se aos usuários]. Muitos saem do albergue e vão para outro, e outro, e assim já acostumou. Não tem mais jeito. Não volta mais para a família, não vai para terra de volta. Eu conheço muitos deles, mas eu não estou nem aí, porque estou fazendo minha parte, cada um que procure fazer a sua”.

Thiago, assim como Pedro, diz que muitas pessoas estão acomodadas e acredita que se não houver força de vontade da própria pessoa ela não mudará sua situação.

“[...] As pessoas acabam se acomodando, muitas, em cerca de 100%, 80% são difíceis sair desta situação. Não é um acompanhamento com uma psicóloga, com uma assistente social é que é que vai fazer você mudar esta situação, quem tem que mudar esta situação é você mesmo [...]”.

O único dos entrevistados que faz a diferenciação entre os usuários sutilmente é Augusto. Ele visa apontar as dificuldades enfrentadas por cada um. Augusto parece ter uma sensibilidade especial ao se referir aos usuários da Associação Rede Rua. Ele se preocupa com a dor dos demais e lamenta não poder ajudá-los, de acordo com o relato:

“Existem aqueles que são mais amargurados por sofrerem tanto, e que não conseguem achar o caminho. Existem aqueles que disfarçam bem a dor, e existem aqueles que aprendem a conviver com ela. Mas cada um aqui dentro tem o seu problema particular”.

Notamos que possivelmente, algumas pessoas em situação de rua, por mais que sofram as conseqüências das ausências e carências em sua vida, bem como as

dificuldades que encontram para superá-las, carregam os valores e a visão socialmente construída.

Observamos que tal fator pode ocorrer, devido à ideologia dominante ser hegemônica a ponto de se reproduzir mesmo pelas pessoas que vivem as contradições da sociedade capitalista.

3.7 Estigmatização sofrida pelas pessoas em situação de rua

A estigmatização faz com que muitas pessoas que utilizam albergues, queiram ocultar sua situação. O estudo de NASSER (2001) constatou que além da estigmatização sofrida por não conseguirem ingressar no mercado de trabalho, também a sofrem por utilizarem os serviços de albergues.

Dois dos sujeitos desta pesquisa afirmaram terem sido discriminados ao procurar emprego, pelo fato de residir em albergue. E a maioria dos sujeitos entrevistados referiu outros tipos de discriminação, ou seja, são julgados e segregados pela sociedade, conforme veremos adiante.

Augusto relata que quem é albergado sofre discriminação e, apesar de saber disso, não omite sua situação. Também revela que o mercado de trabalho os discrimina de forma sutil deixando claro que eles não servem para o sistema.

“A discriminação acontece sim, mas eu optei por não omitir de ninguém a minha situação, principalmente em relação ao trabalho. Muitas vezes você chegava num lugar, você levava um currículo e o único endereço que eu tinha era daqui. Todo mundo sabe que esses endereços são endereços de albergue. Lá o núcleo é considerado albergue, então quando elas batiam o olho no endereço, aí você já sentia a certeza que era por causa disso. Porque eles não te discriminam diretamente, eles não são claros pra você, mas eles deixaram claro para quem entende as coisas, que você não serve para o sistema”.

Sebastião faz referência à postura que tem com relação às outras pessoas. Desta forma diz não dar oportunidade para que o discriminem porque sabe se defender. Ele revela que para saber se defender não precisa de estudo, mas sim, de

experiência de vida.

“Não, porque não dou chance [de ser discriminado]. Porque é o seguinte: eu não tenho faculdade, não sou formado, mas sou bem vivido [...] Se a pessoa vem tentar me pisar ou me humilhar por algum motivo, eu também dou o troco para ela e também a coloco no seu lugar. Com tanta cultura e eu como analfabeto estou tendo que te dar uma lição de moral? Sabe, eu ainda sei me defender. Mas, tem muitas pessoas que não sabem se defender [...]”

E com relação ao mercado de trabalho, Sebastião do mesmo modo que Augusto, também cita que já sofreu discriminação por ser albergado.

“[...] Quer dizer eu fui marginalizado pela minha idade. Sou marginalizado porque eu estou numa situação difícil. Estou no albergue. Quando dou um telefone para contato, quando ligam descobrem que é do albergue... Então, não tem direito. Eu não falo não por mim, eu falo por outras pessoas também. Tem um monte aqui na mesma situação [...]”

Apesar de dizer que sabe se defender de outros tipos de discriminação, a discriminação sofrida com relação ao trabalho, parece ser difícil para Sebastião se proteger.

Segundo YAZBEK (1996), a sociedade capitalista pré-estabelece o lugar das pessoas que sofrem as manifestações da questão social e as discriminam pela sua condição de pobreza. Identificadas como pessoas fora do padrão estipulado, são estigmatizadas por aqueles que se consideram incluídos nas esferas: econômica, política, social e cultural.

Manoel diz que a discriminação é algo inevitável.

“Discriminação, isso aí é fatal. Qualquer um de nós sai daqui de dentro, chega ali naquela curvinha... Aí as pessoas já seguram a bolsa. [a pessoa em situação de rua] já é discriminado, já é

ladrão. Até mesmo na praça, lá onde a maioria fica, na praça Dona Benta. Ali acontece muito, as pessoas passam, chamam de vagabundo, cachaceiro, isto e aquilo. Mas não sabem que muitos estão aposentados, muitos estão encostados [de licença], outros estão sem emprego, a discriminação é geral”.

Observamos que as pessoas em situação de rua sofrem com o pré-julgamento feito por grande parte da sociedade. Conforme YAZBECK (2001) São discriminadas e estigmatizadas por serem vistas sem trabalho e, também, pela maneira de se vestirem e de se comportarem.

José é outro sujeito da pesquisa que já sofreu discriminação, na época em que dormia nas ruas e usava drogas.

“Sim [confirma ter sofrido discriminação], eu passava na rua, magro, sujo, fedendo, os caras falavam: olha o nóia lá!”

Outro sujeito a relatar que sofreu discriminação na época em que bebia e dormia nas ruas foi Pedro. E refere que atualmente é elogiado pelas pessoas.

“Eu já fui várias vezes maltratado, já me chamaram de lixo, mas isso na época em que eu bebia. Hoje em dia me elogiam. E uma vez, eu estava dormindo com um cobertor enrolado, há uns três meses atrás. Então, de madrugada passaram uns caras e falaram: cuidado com a múmia! Eu simplesmente acordei e falei para eles: Cuidado vocês para amanhã não estarem aqui no meu lugar! Eles abaixaram a cabeça e foram embora [...]”.

Segundo os relatos de Pedro, observamos que ele não se deixa ser humilhado. Para ele a discriminação ocorre por dois motivos: primeiro é devido à situação em que se encontra e segundo, é porque as pessoas não pensam que amanhã são eles que podem estar na mesma situação.

Pudemos observar que alguns deles para afastarem o preconceito fazem questão de cuidar da aparência, andar arrumado, limpo, de cabelo curto, mas mesmo assim são vistos e tratados com desconfiança.

Isto ocorre, pois conforme ROSA (2005) há na sociedade capitalista a idéia de quem está na rua não tem valor e são considerados suspeitos.

Apenas um dos entrevistados, Thiago, relata não ter sofrido discriminação e diz não permitir ser desrespeitado.

“[...] Nunca sofri discriminação porque eu respeito. Eu acho que a gente deve dar o respeito prá ser respeitado. Então, a partir do momento que você dá o respeito, não tem o porque você ser desrespeitado”.

Em relação ao trabalho ele tem a mesma posição, ou seja, acredita que não há discriminação nem por idade e nem pelo lugar em que mora. Para ele o que importa é ser qualificado e mostrar o que se sabe.

“[...] “Não existe discriminação de idade. Existem pessoas que trabalham nessa firma com 53 anos e trabalham normalmente. Hoje o que realmente importa é você ter uma qualificação e mostrar que realmente você sabe [...]”.

Acreditamos que a maneira como pensa Thiago pode ser conseqüência de como se organiza o mercado de trabalho. São os trabalhadores que devem buscar a qualificação, que o capital define, sob o risco de não ter acesso ao trabalho, condição de sobrevivência.

De acordo com os relatos e o referencial teórico utilizado torna-se possível perceber que a estigmatização e o preconceito, direcionados a determinados estratos da sociedade, que vão de encontro com o modo de pensar da sociedade capitalista. Conforme apresenta ROSA (2004), as pessoas em situação de rua, não possuem uma situação econômica definida e desenvolvem formas próprias de sobrevivência.

De acordo com WANDERLEY (2004) desde o século XIX a estigmatização é acentuada e as pessoas em situação de rua sofrem sua conseqüência. Com isso,

são consideradas perigosas pela sociedade e também, são descartadas pelo mercado de trabalho.

Contudo, como poderemos ver no próximo item, apesar de sofrerem a estigmatização e as dificuldades, continuam sonhando com a construção de uma vida melhor.

3.8 Sonhos e Perspectivas

“O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia-a-dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários.” (IAMAMOTO, 2004, pg.17).

A escolha de concluir a análise com os sonhos e perspectivas dos sujeitos entrevistados, foi a forma de expressar que apesar de toda privação, negação, carências e estigmatização vivida por eles, ainda cultivam a esperança de concretizar seus sonhos e perspectivas.

No conjunto dos relatos coletados, o trabalho apresenta-se como fundamental para a realização de suas perspectivas e como caminho para melhores condições de vida.

Pudemos observar o brilho nos olhos de alguns deles, ao expor seus planos e a perseverança em lutar por uma vida melhor.

Pedro, que está aguardando a aprovação de seu benefício, não apresenta o trabalho como meio de realizar seus sonhos. Demonstra seu desejo de voltar a morar com seus pais, conforme nos relata:

“[...] Eu pretendo ir embora de uma vez para Pernambuco, na casa dos meus pais, onde eu estava há dois anos atrás. Estou só resolvendo meu benefício [auxílio doença] [...] E, eu resolvendo esse negócio do benefício, eu vou embora. Eu pretendo ir e ficar perto dos meus pais. Até um dia, ou eu ou eles morrer. E viver minha vida lá. [...]”

Com exceção de Pedro, os demais sujeitos desta entrevista, apresentaram o trabalho como único meio de alcançar suas realizações pessoais.

Segundo IAMAMOTO (2004) os homens necessitam suprir suas necessidades vitais e buscam através do trabalho, responder a tais necessidades. Neste sentido, se refere ao trabalho como “atividade que se inscreve na esfera da produção e reprodução da vida material”.(IAMAMOTO, 2004, pg. 26).

Além da reprodução material, o trabalho, segundo a autora, é também um meio de estabelecer relações sociais não somente entre pessoas, mas entre os grupos e as categorias sociais, envolvendo o poder, luta e confronto entre as mesmas.

O primeiro entrevistado a apontar o trabalho como meio fundamental para mudar de vida é José, que já foi dono de uma empresa, pretende montar novamente seu próprio empreendimento:

“Até o fim do ano, como eu falei pra vocês, a minha expectativa é lançar esse carrinho: três em um. Raspadinha, churros e pizza. Porque um carrinho de raspadinha, do mesmo modelo que eu vou fazer, custa R\$ 3.000 reais. E vou vender os três em um por R\$ 3.500. Vou fazer da minha maneira, projetar [um carrinho] bonitinho e é isso aí né”.

Relata que a forma de atingir sua expectativa é através de seu trabalho, ou seja, para a construção do carrinho, pretende adquirir dinheiro através das atividades informais que realiza.

“Eu estou vendendo pano de prato, saco e flanela. Sábado eu peguei um serviço na casa do responsável do CAPS. Eu vou ter que fazer um monte de coisa. Fizeram pintura mal feita, está vazando água da parede, cano quebrado. Eu trabalhava de projetista, mas eu faço isso também. É uma questão de necessidade. E daí [das atividades informais], vai sair o dinheiro pro 1º carrinho”.

Ao expressar seu anseio de trabalhar por conta própria, observamos que este desejo de José, possivelmente é decorrente da consciência da exploração vivida por ele ou por causa de sua condição de saúde, conforme seus relatos:

“[...] O primeiro emprego a mulher me deu 15 andares. Cada andar, tinha 15 mesas, um cesto de lixo e 4 banheiros com cesto de lixo. Eu tinha que tirar [o lixo] de todos os andares das 14h00 às 16h00. Tinha uma hora de descanso. Das 17h00 às 19h00, tinha que tirar [o lixo] tudo outra vez. E era firma de telefone, se rasgava muito papel. E ela [se refere a chefe] queria que eu trabalhasse das 19h00 às 22h00 e aspirasse todos os andares. E eu não agüentei! Parei!”.

[...] Eu não sei o que acontece comigo. De tanto usar drogas, os meus ossos ficaram fracos. Eu já perguntei para uma psiquiatra. Os ossos ficam fracos, você fica com fraqueza.

Notamos também, a vontade de José em resgatar a condição de vida que tinha antes de chegar à situação de rua.

Sebastião, outro sujeito a narrar seus sonhos e perspectivas, expressa seu desejo em quer voltar à cidade natal e fazer as coisas de que mais gosta.

“[...] A minha vontade era arrumar um trabalho e ver se consigo pagar minhas dívidas, e voltar para minha casa. Então... Eu queria voltar pra minha cidade. Juntar dinheiro e fazer coisa de velho, como ir pescar de madrugada, levantar cedo, ir para casa tomar um banho e sair para trabalhar e voltar para casa”.

Desempregado, Sebastião pretende conseguir um trabalho, como o caminho único e possível para conseguir sua autonomia.

Observamos que Sebastião se arrepende por ter vindo a São Paulo. Isto se dá, pelo fato de ter se envolvido com os jogos e, conseqüentemente, por ter perdido tudo o que já havia conquistado:

[...] Me arrependi demais de ter vindo para cá [se refere a São Paulo], pois enquanto eu estava no Rio eu estava bem. Eu nem conhecia o bingo. Eu sempre ouvia falar em bingo no Rio de Janeiro. Mas não tinha curiosidade de entrar em um, porque achava uma coisa meio ruim. E vim aprender a jogar esse bingo aqui em São Paulo. Foi aqui que eu perdi tudo o que eu construí no Rio.

É possível observar que o abuso e a dependência, não ocorra apenas com drogas. Existem outras formas de desenvolvê-los.

Outro sujeito a trazer a questão do trabalho como meio de conseguir alcançar seus sonhos é Manoel. Em seu relato, nota-se não somente o forte desejo de melhorar sua condição de vida, mas de reconstruir vínculos familiares. A família apresenta-se como algo fundamental para ele e observamos que a ruptura com os laços familiares deixou fortes marcas.

Em sua narrativa, é objetivo ao relatar suas perspectivas:

“Vencer e vencer! E, se Deus abençoar, formar uma família ou voltar pra minha família. E pretendo realizar tudo isto trabalhando”.

Augusto, um dos dois sujeitos que se encontra na fase final da Associação Rede Rua, ou seja, processo de saída da situação de rua relata suas perspectivas, revelando que pretende sair da Moradia Provisória e ter sua própria casa.

“Nos próximos anos, quer dizer, daqui a mais alguns meses... Talvez uns três ou quatro, com certeza eu vou sair daqui. A princípio, de aluguel, mas a minha idéia ainda não é essa. E eu estou fazendo o possível para ter um dinheiro, para comprar uma casinha para mim .Eu acho que agora não vai dar ainda, mas eu chego lá [...]. E a única saída é trabalhando e economizando.”

Observamos que o desejo de Augusto em adquirir sua própria moradia, talvez possa estar relacionado ao medo de voltar a dormir nas ruas. A dura e sofrida experiência vivida por ele, possivelmente, ainda o faça sentir insegurança e receio de não conseguir construir seu projeto de vida.

Thiago, o segundo sujeito que se encontra no processo de saída da Associação Rede Rua, tem planos de ter uma moradia própria e acredita que só conseguirá realizar seus objetivos através do próprio esforço, conforme nos relata:

“Tenho planos não somente para comprar um terreno para mim, mas para construir uma casa. Acho que quem vai fazer o meu futuro vai ser eu. Não vai ser governante. Vou conseguir, através do trabalho, de fazer alguns cursos, me qualificando, procurando o melhor para mim e não dependendo de governantes. Eu acredito sim, para que eu possa conquistar o que quero, eu tenho que fazer por merecer!”

Para Thiago, além do trabalho, outros fatores como o empenho pessoal e a qualificação profissional aparecem como caminhos possíveis para se obter uma vida melhor.

Ele acredita que a melhoria de sua condição de vida, não se dará com a ajuda de governantes, ou seja, ajuda das políticas públicas. Thiago defende a idéia de que com muito esforço, muito trabalho e a realização de cursos conquistará seus sonhos e perspectivas.

De maneira geral, os sujeitos entrevistados alimentam a esperança de conseguir através do trabalho, reconstruir suas vidas e os vínculos afetivos e sociais.

As histórias dos sujeitos entrevistados intercalam sonhos e perspectivas com as árduas experiências vividas na rua permeadas de ausências e carências.

Para os sujeitos desta pesquisa o trabalho é essencial para a reconstrução de vínculos, em um continuo caminhar, na busca da saída da situação de rua.

Considerações Finais

O aumento das pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo reflete a nova conformação da questão social provocada pelas políticas neoliberais e pela reestruturação do capital.

Através dos relatos de nossos entrevistados observamos que a heterogeneidade da chegada das pessoas à rua é composta por diversas razões, pelas quais elas passam a utilizar a rua como moradia.

Verifica-se que muitos dos sujeitos que se tornaram pessoas em situação de rua perderam vínculos com o trabalho formal devido à reestruturação produtiva e as transformações na gestão do trabalho. No entanto, devemos considerar os outros aspectos como a ruptura dos vínculos familiares ou o desenvolvimento de dependências.

As pessoas em situação de rua são atendidas pelo Estado através da política de Assistência Social como parte da rede de proteção social, que por sua vez, faz parte a política de acolhida.

É importante destacar a participação das pessoas em situação de rua neste processo de luta para garantia de seus direitos como cidadãos.

A Associação Rede Rua, como executora da política social de acolhida e de convivência contempla diversos projetos, os quais compõem um processo importante para as pessoas em situação de rua, visando atendê-las, preparando-as para reconstruírem seu projeto de vida.

Nesse sentido, a importância da proposta da Associação Rede Rua na vida dessas pessoas como possibilidade para conseguirem realizar um projeto de vida destacou-se. Cada etapa procura suprir as necessidades objetivas e subjetivas dos usuários, visando concretizar a saída das ruas.

Nosso estudo conseguiu comprovar que os usuários que conseguem participar da trajetória nos diversos estágios de trabalho da Associação Rede Rua são aqueles que conquistam autonomia financeira e desta forma conseguem sair da situação em que se encontram. Neste aspecto concluímos que a saída das ruas está relacionada à emancipação financeira e quando necessário, à recuperação da dependência desenvolvida.

As pessoas que estão há pouco tempo na rua sentem vergonha dessa situação, tem baixa auto-estima e alimentam a esperança de sair dessa situação o mais rápido possível.

O estudo mostrou que os usuários da Associação Rede Rua, que estão vivenciando a proposta da instituição para uma vida autônoma, entendem que os que recusam a proposta são acomodados ou sem força de vontade. Pretendem ser diferentes dos últimos.

Contudo, há os moradores de rua que falam de “seus irmãos de rua” com afeto e compreensão, sobre aqueles que vivem nas mesmas condições e com os mesmos dramas.

Há distinção entre as pessoas em situação de rua, principalmente com relação aos que estão na Pousada da Esperança. Ali, os entrevistados relatam que na Rede Rua, a relação existente entre os usuários se aproxima à relação familiar.

Neste sentido, as instituições podem ser consideradas como uma tentativa de restabelecer vínculos, na medida em que propicia condições para a convivência.

A Associação Rede Rua tem um papel importante no que concerne ao resgate da auto-estima, criando oportunidades de identificação, de vivências comuns e possíveis formas coletivas de reflexão.

A pesquisa realizada revelou que os homens que se encontram em situação de rua são vistos como ladrões, vagabundos, desonestos e inúteis.

Os estigmas e preconceitos são reflexos da ideologia dominante que engendram uma imagem de uma classe sobre a outra e sobre ela mesma.(IAMAMOTO, 2004).

Deste modo, as pessoas em situação de rua, por não terem endereço fixo e estarem sem emprego são vistas como pessoas perigosas e não trabalhadores desempregados. São consideradas “classes perigosas”. (IAMAMOTO 2004)

O processo de saída das ruas está intrinsecamente ligado com a estabilidade, adquirida através do trabalho, mesmo estando majoritariamente no mercado informal, como neste caso.

Apesar das dificuldades que encontram, as pessoas em situação de rua acreditam na possibilidade da reconstrução de suas vidas e na realização de seus sonhos. Dentre os seus sonhos estão presentes a constituição de uma família, de uma moradia e de trabalho.

Consideramos importante uma política de saúde para a recuperação de álcool e drogas específicas voltadas para as pessoas em situação de rua. Ademais, há a necessidade de uma política eficaz de emprego e de proteção aos desempregados, para que possam se restabelecer financeiramente, adquirir autonomia e restituir os vínculos afetivos e sociais. Por fim, reafirmamos a necessidade de existir um diálogo entre as políticas públicas para o atendimento deste segmento.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. Dimensões da Crise e metamorfoses do mundo do trabalho. **Serviço Social e Sociedade**, ano XVII, n. 50, p. 78-86, Abril, 1996.

ANTUNES, Ricardo. **As formas contemporâneas de trabalho e a desconstrução dos direitos sociais**. São Paulo, Cortez, 2006. p. 41 a 51.

Associação Rede Rua – **Rede Rua**. <http://www.rederua.org.br>. Acesso 15/06/2007.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. O Brasil: da ditadura à redemocratização e a política social. In: **Política Social: fundamentos e história**. 2.ed. São Paulo, Cortez, 2007 - (Biblioteca básica d serviço social; v.2)

Blog da Rua <http://blogdarua.blogspot.com>. Acesso 12/10/2007.

BOSCHETTI, Ivanete. Orçamento da seguridade social e política econômica: perversa alquimia. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, Ano XXVII, n.87, p. 25-57, set. 2006.

BRESCIANI, Maria Stella M. **Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza**. 10.ed. São Paulo, Brasiliense, 2004.

CASTEL, Robert. As Armadilhas da Exclusão. In: BOGUS, L; YAZBEK, M.C.; WANDERLEY, M.B (ORG.). **Desigualdade e Questão Social** 2.ed. São Paulo, Educ, 2004. p. 17-48.

GRESS - Conselho Regional de Serviço Social, 9ª Região - Gestão 2002 -2005. Lei n. 8.742, de 7 dezembro de 1993 - Lei Orgânica de Assistência Social: **Legislação Brasileira de Serviço Social: coletânea de leis, decretos e regulamentos para instrumentação do assistente social**. 1.ed. São Paulo, O Conselho, 2004.

GIL, Thiago Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5.ed.São Paulo, Atlas,1999.

GIORGETTI, Camila. **Moradores de rua: uma questão social?** 1ª ed. São Paulo, Fapesp, Educ, 2006.

IAMAMOTO, Marilda.; CARVALHO de Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil.** O Serviço Social no Processo de Reprodução das Relações Sociais. 16.ed. São Paulo, Cortez; [Lima, Peru]: CEALTS, 2004, p. 71-121.

IAMAMOTO, V. Marilda. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** O Trabalho Profissional na Contemporaneidade. 7.ed. São Paulo, Cortez, 2006, p. 17-81.

LIRA, Izabel Cristina Dias. **Trabalho informal como alternativa ao desemprego: desmistificando a informalidade.** São Paulo, Cortez, 2006. p. 130 a 160.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: Planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas de elaboração, análise e interpretação de dados.** 5.ed.São Paulo, Atlas,2002

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais.** Reflexão crítica sobre o tema da “exclusão social” 1.ed. Rio de Janeiro, Vozes, 2002. p.25-47

NASSER, Ana Cristina Arantes. **Sair para o mundo: Trabalho, família e lazer na vida dos excluídos.** 1.ed. São Paulo, Hucitec, 2001.

NETTO, José Paulo, Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. **Caderno ABEPSS**, ano. II, n.03, p.41-49, Janeiro a Junho, 2001.

POCHMANN, Marcio. **Rumos da política do trabalho no Brasil.** São Paulo, Cortez, 2006. p. 23 a 40.

ROSA, Cleisa M.M.; VIEIRA, Maria A.C.; BEZERRA, E.M.R. **População de Rua. Quem é, como vive e como é vista.** 3.ed. São Paulo, Hucitec, 2004.

ROSA, Cleisa Moreno Maffei. **Vidas de Rua**. 1.ed. São Paulo, Hucitec /Rede Rua, 2005.

SILVA, Carla Almeida. **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. Os Fóruns Temáticos da Sociedade Civil: Um Estudo Sobre o Fórum Nacional de Reforma Urbana. São Paulo, Paz e Terra, 2002. p143-149.

SPOSATI, Aldaíza. **Política de Assistência Social e direitos sociais. São Paulo: Núcleo de Seguridade e Assistência Social da PUC/SP**, Caderno do Núcleo de Seguridade e Assistência Social da PUC/SP, 1997.

SPOSATI, Aldaíza. Os mais excluídos entre os excluídos. In: **A População de Rua: Seminário sobre Políticas Públicas**, Belo Horizonte, 1998.

TELLES, Vera da Silva. Pobreza e Família: A Precariedade nas Condições de Vida. In: **A Cidadania Inexistente: Incivilidade e Pobreza. Um estudo sobre trabalho e família na Grande São Paulo**. Tese de doutorado de Sociologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

WANDERLEY, W. LUIS EDUARDO. A Questão Social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho. In: BOGUS, L; YAZBEK, M.C.; WANDERLEY, M.B (ORG.). **Desigualdade e Questão Social** 2.ed. São Paulo, Educ, 2004. p. 51-152.

YAZBEK, Maria Carmelita, **Classes Subalternas e assistência social**. 2.ed. São Paulo, Cortez, 1996.

YAZBEK, Maria Carmelita, Pobreza e Exclusão Social: Expressões da Questão Social no Brasil. **Caderno ABEPSS**, ano. II, n.03, p.33-39, Janeiro a Junho, 2001.

YASBEK, Maria Carmelita; SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo: tema e conteúdo do livro**. São Paulo, Cortez, 2006. p. 7 a 22.

ANEXOS

Anexo 01 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....93

Anexo 02 - Roteiro de Pesquisa 94



Universidade de Santo Amaro

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa – **A desqualificação social sofrida pelos usuários da Associação Rede Rua**. Sua participação não é obrigatória, e, a qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador(a) ou com a instituição.

Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e endereço das pesquisadoras, podendo tirar dúvidas do projeto e de sua participação.

NOME DA PESQUISA

A desqualificação social sofrida pelos usuários da Associação Rede Rua.

PESQUISADORAS:

Adriana Ignacio de Souza

Roberta Alves da Silva

ENDEREÇOS:

Rua Darwin, 372 – Santo Amaro – São Paulo/SP

Rua Archangela F. Sarno, 03 – Vila Cruzeiro – São Paulo/SP

TELEFONES:

8139-5865 / 9708-2170

9463-8189

No caso de você concordar em participar, favor assinar abaixo:

Assinatura das Pesquisadoras:

Roteiro de Pesquisa

- Demandas e tempo de Albergue;
- Mudança do Albergue para o Núcleo;
- Mudança do Núcleo para a Moradia Provisória;
- Processo que o levou a utilizar a rua como moradia;
- Como foi para ele ficar nessa situação;
- Fale como era sua família e trabalho;
- Situação atual em relação ao trabalho e família;
- Olhar sobre ele mesmo e sobre os demais (diferenças e semelhanças);
- Discriminação, como e por quem;
- Opinião sobre política de albergue;
- Conhecimento de outras políticas;
- Expectativas futuras e como conseguí-las.